



2.792

João Coelho Gomes

330
K
C
92

L. G., pseudônimo de João
 Coelho Gomes, negociante no
 Rio de Janeiro, ao qual co-
 nheci e com quem conversei
 varias vezes em 1862 e
 1863 sobre os seus artigos
 então publicados no For-
 mal do Commercio e no
 Espectador da America
 do Sul. Era um om-
 nio muito allegre e commu-
 nicativo, mostrando ter 65
 annos mais ou menos.
 A pag. 36 debte lioo mais
 elle o facto de haver o Sr.
 de Agente D. João, estancado
 em acto de colera o Thimoteo
 D. Rodrigo,

Barão Homem de Mello

Rio, 8-8-1919

ELEMENTOS

DE

HISTORIA NACIONAL

DE

ECONOMIA POLITICA

EM QUE SE MOSTRA AS DIFERENTES INDUSTRIAS QUE HAVIA
 NO BRASIL, AVULTANDO EM GRANDE ESCALA A NAVE-
 GAÇÃO DE LONGO CURSO E CONSTRUÇÃO NAVAL,
 ASSIM COMO A NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM,
 CRIANDO-SE ESTES MEIOS CAPITANES QUE
 AUMENTAVAM A FORTUNA PUBLICA
 E PARTICULAR.

POR

L. G.



REDO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DE N. L. VIANNA E FILHOS

RUA D'AJUDA N. 79.

1865.



123611

330.981

DP

A pedido de varios amigos formamos o presente folheto com os artigos que sahiram publicados no *Espectador da America do Sul* e varios outros do *Jornal da Commercio* e do *Constitucional*, os deste os collegimos aqui por involverem pontos historicos e aquelles por conterem provas do que escrevemos.

Tambem se acham incluidos aqui artigos nossos que não foram publicados.

Nosso fim é ver se pessoas mais habilitadas escrevem a historia economica do paiz em que se possa ver o que fomos, o que somos, e o que temos direito de ser.

IDÉAS NACIONALES

DE

ECONOMIA POLITICA.

PRIMEIRO ARTIGO.

I.

Explicação prévia.

O *Espetador da America do Sul* offerce as suas columnas a todos os cidadãos que queiram cooperar para a perfeição do futuro, corrigindo os defeitos do presente.

Esta offerta é tam absoluta e incondicional que não exclue opinião alguma, não distingue condições intellectuaes, nem litterarias.

O conservador, o liberal, o absolutista, o democrata, o sabio e o simples homem sensato são contemplados nesse convio geral.

O fim deste convio é — «ajuntar em facto commun muita luz de muitas idéas, por contribuição de todos os homens de bem.» —

Essas idéas podem provir da illustração ou da simples experiencia. Todas servem ao fim que se tem em vista, e ás vezes as segundas mais do que as primeiras.

O estado do Brazil actualmente não é obra do acaso mais sim o *systema* seguido em proseguir no seu enfraquecimento.

O motor que opera, aproveita todas as pessoas favoraveis a este empenho, e por isso o povo vê com dôr de coração tudo ir á peor.

C. G.

O Espectador da America do Sul é, portanto, a tribuna de todos os cidadãos bem intencionados.

Assim o entende quem escreve estas insignificantes phrases o por isso vem pedir licença para subir a essa tribuna e dizer sem presumpção o seu pensamento.

II.

Objectos destes artigos.

O que tem em vista os que convocam os cidadãos para a discussão da causa publica é evitar a crise que nos ameaça.

Ainda que essa crise seja, em verdade, complexa, é contudo innegavel que o seu elemento principal, o que a torna mais urgente, mais perigosa, mais *actual* são as condições economicas do paiz.

A denominação de *condições economicas* abrange aqui tudo o que diz respeito à produção, distribuição, e dispêndio das riquezas nacionaes.

Assim como o regime economico é a condição essencial da existencia da familia, o é tambem da do estado que é uma grandissima familia composta de milhões de pequenas familias.

E', pois, urgente antes de tudo traclar da questão economica porque della depende a vida da nação, isto é, a nacionalidade.

Este escripto é, por consequencia, destinado a incitar pelo lado economico a crise que se procura remediar quanto ao futuro, porque de presente talvez seja ella já inevitavel.

III.

Expectabilidade deste escripto.

Bem raras são as regras geraes que absoluta e invariavelmente podem ser applicadas a todas as existencias deste mundo.

Cada uma dellas, sem violar a lei commun que regê a especie, está sujeita a condições organicas que constituem as differenças individuaes.

Estas differenças, que se dão tanto nas entidades physisas como nas moraes, tornam indispensaveis infinitas e variadissimas excepções e modificações na applicação de cada um dos meios de occorrer a cada uma das necessidades humanas.

A applicação dessas modificações e excepções não pode ser proficua se o applicante não conhecer perfeitamente a natureza especial de cada necessidade que as reclama.

O corpo de doutrinas economicas concebidas e dictadas pelas conveniencias e necessidades europaeas poderá ser proveitosamente applicavel a todos os paizes do mundo, sem excepções e modificações exigidas pelas condições locais?

Não é provavel que isso seja possivel.

O nosso paiz, por exemplo, ha de ter suas condições especiaes.

A especialidade do estudo que se vai tentar é estudar, se for possivel, essas condições.

Para isso se estudará o que fomos, o que somos, o que poderemos ser.

IV.

Quem é o auctor.

Escrive humildemente estes simples apontamentos um homem que não se tem em conta de scientifico.

Não pretende, portanto, diclar doutrinas, nem entrar em averiguações abstractas.

Sabo circumstanciadamente a vida do nosso paiz durante mais de meio seculo. Menciona referir factos.

Parece-lhe que do estudo desses factos podem apurar-se muitas verdades uteis á nossa organização economica.

As intenções são boas; aceitem-n'as.

A offerta é pequena, mas, como muito bem diz o *Espectador*, de tudo se pode tirar luz no nevoeiro em que nos achamos.

SEGUNDO ARTIGO.

I.

Assumpção deste artigo.

No meu primeiro artigo, fiz as seguintes tres assumpções:

— « Que as doutrinas economicas dictadas pelas *conveniencias europeas* não podem ser proficuamente applicadas ao Brazil, sem os descontos exigidos pelas *circumstancias especificas deste*.

« Que o meu objecto é somente subministrar *factos*,

talvez pouco conhecidos, aos que podêrem o quizerem estudar essas *circumstancias especificas*, nas quaes consisto o segredo da *verdadeira conveniencia brasileira*.

« Que este estudo, para ser methodico como convem que o seja, ha de abranger o conhecimento do que *foros* o do que *somos*, porque só delle depende a sciencia do que *podemos ser*. » —

Neste segundo artigo começo a effectuar o plano traçado nessas tres proposições.

Procurarei, pois, dar uma idea do que *foros*.

II.

Observação necessaria.

O meu fim, disse eu, é indagar o que *foros* o o que *somos*, no sentido economico.

Tento ésta indagação principalmente para saber se o paiz tem *progreddo*, ou *retrocedido* nesse ramo *essencial* da sua organização.

Se o exame dos factos nos provar que houve *retrocesso*, será forçoso confessar a inefficacia ou impropriedade dos meios empregados a favor do *progreddo*.

Ora esses meios tem sido os que os economistas europeus applicam ás necessidades daquella ja tam perfeita sociedade de nações foilas.

Será, portanto, necessario recorrer a meios adequados.

Mas para recorrer a elles proficuamente é indispensavel conhece-los bem o esto conhecimento depende da definição perfeita destes tres pontos:

Quaes são as verdadeiras conveniências ou necessidades do paiz?

Quaes são as forças que tem para aperfeiçoar, applicar e utilizar esses elementos?

Tentemos sabê-lo.

III.

O que fomos.

Em todos os actos humanos é conveniente traçar *limites* que evitem o *infinito* tão incompativel com as forças e vistas *limitadissimas* da humanidade.

Definir, principalmente no que toca a actos intellectuaes, é facilitar, esclarecer e utilisar o trabalho.

Tomarei, portanto, como ponto de partida nas pesquisas que vou tentar, a epocha da vinda d'El-Rei D. João VI para o Brazil.

Com a vinda d'El-Rei começaram as mudanças que, pouco a pouco, nos trouxeram ao estado em que nos achamos.

O que nós *fomos* é o estado em que El-Rei encontrou o paiz.

O que *somos* é consequencia das mudanças operadas por influencia estrangeira nesse estado de cousas.

Em que consistiram essas mudanças?

Qual foi essa influencia?

No decurso desse trabalho acharemos a solução destas duas importantes questões.

O periodo que vou revistar vai de 1808 a 1812.

IV.

Divisão deste estudo.

O retrato do paiz, no ponto de vista em que tento esboçá-lo, está nas condições da *produção* que é origem da riqueza; nas do *trabalho* que é o factor indispensavel da produção, e na *moralidade* que é a alma do trabalho.

Ainda que, em geral, estas tres condições indispensaveis á prosperidade publica fossem identicas na quadra a que me refiro, estavam comtudo sujeitas a certas diferenças especiaes a que convém attendermos.

Procediam essas diferentes zonas de um paiz.

Limitamo-nos a duas grandes divisões que contém effectivamente as mais notaveis distincções do trabalho em cada paiz.

Trataremos, pois, de interior do paiz e do littoral.

Principiaremos pelo interior.

Prescindindo de exame geographico a respeito das nossas regiões contraes. Supponho sabido de todos o que nesse sentido posso dizer.

V.

Moralidade.

O exemplo da moralidade, nos tempos do que trato, vinha como devia vir, directamente da igreja.

O clero achou-se então nas condições necessarias para comprehender e ensinar praticamente a san doutrina de Jesus Christo.

Era instruido sem pedantismo, caritativo sem ostentação, benevolo sem fingimento.

Em todas as villas e aldeas do extensissimo territorio brasileiro a casa do parochio era a hospedaria onde ao viajante—*por verdadeiro amor de Deus*—se dava gratuitamente pousada confortavel, acolhimento sincero e até conselhos uteis.

Estas qualidades, a simplicidade de costumes irreprehensiveis o espirito religioso que quasi as santificava, atraíam aos homens da igreja a veneração e amizade filial dos povos.

Estes recebiam daquelles o bom exemplo que transmittiam aos descendentes.

Ainda então não existia a grande corruptora chamada politica que, seduzindo os homens pela especulação, pela ambição ou pela vaidade, divide a todos os cidadãos pela deslealdade, pelo interesse e pela intrigas.

As forças que hoje se perdem inutil e perniciosamente em discusões parlamentares, em intrigas politicas, em conflitos eleitoraes, aproveitavam-se então no trabalho.

Em vez de partidos, haviam classes industriosas. Estas em vez de se dividirem por divergencias facciosas, uniam-se pelas conveniencias que ligam a todos os ramos da industria humana.

Procedia desta união a prosperidade, riqueza e confraternidade das familias, a grandeza e força do estado.

Resultava da moralidade do clero o predomínio da igreja.

Este afluencia a moralidade dos povos e a influencia da doutrina religiosa na doutrina civil produzia o verdadeiro patriotismo que é aquelle que sacrifica o patriota á patria.

Assim como o christão vivia para Deus, o cidadão vivia para o estado.

E' facil conceber a força que a nacionalidade tirava desta doutrina de obrigação que antepea a nação ao cidadão, bem como a humanidade ao homem.

A doutrina moderna ensina o egoismo disfarçado com o singular titulo de cosmopolismo !

Rematarei com um traço que pinta bem a moralidade daquelles tempos.

VI.

Trabalho.

As condições de moralidade em que se aclava o Brazil eram essas que resumidamente expuz no paragrapho antecedente a esto.

O amor e mesmo a necessidade do trabalho efficaç era a consequencia necessaria da disposição que taes condições davam aos animos.

Essa disposição abrangia com seus beneficos effectos ambos os sexos.

As forças, tão variadas, que Deus deu ao corpo e á intelligencia humana para serem utilizadas em beneficio da especie, em vez de serem evaporadas inutilmente pelo ardor das paixões, eram applicadas pelo amor do trabalho ao bem commun.

Não eram sómente os homens os que trabalhavam ; eram tambem as mulheres.

Aquelles tomavam a si todos os misteres que reclamavam as forças viris.

Estas, além dos cuidados domesticos, fiavam, teciam, tingiam e concorriam assim para desenvolver as riquezas do paiz, em vez de enriquecer o estrangeiro com as ridículas e dispendiosas modas dos nossos dias.

VII.

Produção.

A vista do que acabei de expôr ninguém ouvirá com surpresa o que vou dizer.

O paiz produzia para si e ainda chegava a exportar.

Naquelles tempos em vez de importarmos produzimos nos seguintes ramos.

Selleiros, ferreiros, serralheiros, correioes curtidores, sapateiros, carpinteiros, cordoeiros, e outros abasteciam o paiz de todos os artefactos que lhe eram necessarios em cada um desses ramos aqui enumerados.

Fabricavam-se, além disto, para consumo do paiz, o alé para exportação, estofos, rendas finas, bordados de subido valor, colchas riquissimas e tambem simplicies, toallias de mesa, guardanapos, tecidos de algodão etc.

Só estes tecidos de algodão subiam a multos milhões de varas empregadas em roupas de escravos, o gente do campo; em toldos, velas de barcos, capas de fardos exportados, etc.

Ao mesmo tempo era notavel a creação de todas as variedades de gado. Esta industria fornecia para consumo e exportação leitinho, lombo, linguicas, queijos, etc.

Produzia-se tambem muito fumo, assucar, salitre, mecos de sola, annil, cochoilha, araruta, ipecacuanha etc.

Deve aqui fazer menção da existencia de tres fabricas de tecidos de lã grossa, sendo notaveis as do padre Francisco e de Mathias Barbosa.

Entre tambem em conta, em ultimo lugar, a exportação das barras de ouro, do ouro em pó, brilhantes, e outras pedras preciosas.

E não se perca de vista que toda esta produção dava trabalho a muita gente, enriquecia os productores e ainda vinha a dar occupação proveitosa aos que transportavam os productos para o littoral.

Não era, portanto, extraordinario que naquelles tempos abundasse neste paiz o ouro que actualmente se escoa para os paizes estrangeiros.

Ainda naquelles dias chamados os dias da ignorancia não possuamos as doutrinas economicas por cuja influencia até vassouras importamos actualmente.

Porém não antecipemos observações que devem ter sua occasiao propria.

Por hoje paramos aqui.

TERCEIRO ARTIGO.

I.

O littoral.

No nosso segundo artigo passamos uma vista de olhos pelo estado da moralidade, trabalho e produção, no interior do paiz, durante o periodo decorrido de 1808 a 1812.

Será objecto deste terceiro artigo um estudo semelhante a respeito do nosso littoral, naquella epocha.

As condições de moralidade e trabalho, nesta parte do paiz, eram eguaes ás da parte que já estudámos.

A este respeito, pois, não é necessario fazer novo estudo. O littoral do Brazil era *moralisado* e *laborioso* como vinhos que o era o interior.

Limitar-nos-emos, hoje, a mencionar a produção das Provincias maritimas principaes, a saber, Rio-Grande do Sul, Santa Catharina, S. Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Estes estudos nos subministrarão os preliminares indispensaveis para fazermos fundamento ás observações que posteriormente offereçemos aos leitores, como deducções dos factos agora citados.

II.

Rio-Grande do Sul.

Esta provincia foi, desde os primitivos tempos da existencia social do Brazil, uma das mais aptas á civilisação, já pelas condições do clima, já pelas dos seus naturaes.

A actividade do trabalho nesta provincia manifestava-se em tres ramos da produção, isto é, o mechanico, o pastoril e o agricola.

No primeiro ramo, era notavel a construcção de barcos de pouco calado e proprios para a navegação dos portos, lagoas e rios da provincia.

Do segundo ramo, que era a criação de gados, tirava-se o exportava-se com fartura para o Rio de Janeiro,

Bahia e Pernambuco, couros, sebo, graxa e carne de xarque.

A produção do terceiro ramo consiste em trigo copiosamente exportado para as sobrelltas provincias, em coiros de boi cozidos pelo pescoco.

Esta não é ainda a occasião conveniente de examinarmos se o tempo e a civilisação favorecerem, ou prejudicarem estes resultados do trabalho na provincia de que estamos tratando.

Opportunamente moverei essa questão, e nella entrará a pesquisa das causas que devem ter influido no desenvolvimento ou paralysação da actividade provincial.

III.

Santa Catharina.

Esta provincia de Santa Catharina, pelas suas condições topographicas, ainda participa das mesmas qualidades que caracterisam a do Rio-Grande do Sul.

Podemos dizer que o territorio desta é uma prolongação do daquella.

Resultava disso quasi identidade de produção em um ramo, sendo a do ramo pastoril substituida por outra propria das condições insulares do paiz, isto é, a pescaria.

Construam-se nesta provincia brigues, oscunas, sumacas, e pequenos barcos.

Exportava-se della para as provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e para o Rio da Prata, muita farinha de mandioca, milho, feijão, assucar e aguardente.

No ramo especial exportava-se para os sobreditos pontos grandissima quantidade de peixe secco o salgado.

As mulheres desta provincia eram applicadas a uma industria tambem especial, que eram lindos trabalhos de conchas e escamas de peixe perfeitamente executados, representando flores e outras fórmas.

IV.

S. Paulo.

Cananéa, Iguaçu, Paranaguá e Santos eram os pontos litoraes da provincia de S. Paulo.

Nesses quatro portos era, em grande escala, a construção naval.

Esta abrangia largamente toda a sorte de embarcações de meio porte.

Para o Rio de Janeiro e Rio da Prata, o até para o Pacifico, exportavam-se, desta provincia, grandes carregamentos de madeiras, trigo, toucinho, banha, arroz, couros, assucar e herva mate, cabos, amarras de piassava e imbé, cal e cordas.

A industria das mulheres consistia em rendas finas e tecidos de algodão.

Estes objectos tambem eram exportados e as rendas eram muito procuradas e estimadas.

Toda a cordagem, que, no Rio de Janeiro, empregavam na segurança de andames e outras necessidades de construção de predios, vinha desta provincia.

Portanto sómente a provincia de S. Paulo, pela accli-

vilado do seu trabalho, enriquecia a *produção* brasileira com quatorze artigos differentes e importantes, pela maior parte.

V.

Rio de Janeiro.

A construção naval, nesta provincia, era notavel e fazia-se em muitos grandes proporções, abrangendo todo o genero de embarcações de qualquer lotação que fossem.

Os estaleiros occupavam todo o litoral que vai do largo da Prainha á Saude.

Todos os objectos de que nesses estabelecimentos se necessitavam eram produzidos no paiz por polheiros, ferreiros, fundidores de pregamo e cavilhas de cobre, tres cordoarias, uma de cabos de couro, e fabricas de velame.

Esse trabalho de construção naval occupava um pessoal de mais de tres mil homons.

E' bom notar aqui que todos os navios nacionaes fundavam neste porto com amarras de piassava.

A actividade que reinava neste ramo era correspondida por estes ramos, a saber: marcenaria liza e de talla, ourives de prata, ouro, e pedras preciosas, ferrarias, seralherias, espingardarias, caldeiros, selheiros, correios, segeiros, tres grandes fabricas de todos os objectos de arvores, laoeiros, bahuieiros.

Haviam, além disso, casas de fundição de toda a obra de lataria, fabricas de preparar o arroz, viveiros, encadernadores, alfaiates, sapateiros, grande numero de tancios.

Finalmente era notavel a produção de rendas e bordados finos e grossos e de lindos ornatos compostos de insectos.

A exportação comprehendia todos os productos da provincia e o que importava das outras e tambem do estrangeiro, Costa da Africa, Asia e Mar Pacifico.

Podemos mencionar com segurança os artigos seguintes:

Assucar, couros, sebo, graxa, pelles, arroz, azeite de palmeira e outros, cêra, marfim, farinha de mandioca, tapioca, polvilho, preciosas madeiras, grandes carregamentos de barris de banha de porco, do toucinho, do queijo de Minas; algodão em rama, annil, ipecacuanha, e cochenilla.

Nem sei que muitos dos artigos que aqui mencionei ainda hoje são produzidos, mas diminuição consideravelmente em quantidade e descensão talvez tambem em qualidade.

Naquelles tempos, forneciamos-nos nós mesmos, hoje recorremos ao estrangeiro com grande prejuizo em diversos sentidos.

VI.

Bahia.

A provincia da Bahia competeia com a do Rio de Janeiro a todos os respeito e talvez lhe levasse vantagem em certos pontos.

Um desses pontos, a nosso ver, era a construcção naval.

Fazia-se esta na maior escala possivel áquelles tempos. E os vasos eram os mais perfeitos dos que se construiam no Brazil.

O pessoal empregado neste ramo de trabalho subia a oito mil e tantos operarios.

Em Alagoas e Caravelas construam-se navios de menor porte.

Pelo que respeitava a outros ramos de produção, commercio e exportação, é-lhe applicavel o que referimos acerca da provincia do Rio de Janeiro.

A exportação fazia-se para todas as partes do mundo directamente e por entreposto.

Toda a importação da Costa da Africa era feita pela Bahia e pelo Rio de Janeiro exclusivamente.

Era muito notavel a exportação do fumo feita pela provincia da Bahia.

VII.

Pernambuco.

E' minha humilde opinião que, no estudo que dá materia a este artigo, podemos considerar em um só grupo as tres provincias, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Se porém esta não pôde em tudo concorrer igualmente com as outras duas, é logo a primeira depois dellas.

Não me parece que a construcção naval em Pernambuco fosse naquelles tempos muito inferior ás que já mencionei.

Os principaes artigos de produção e exportação eram algodão em rama, assucar e aguardente.

Quanto á outros artigos, estava esta provincia no caso das do Rio de Janeiro e Bahia.

Tinha, porém, mais que estas, o pão Brazil.

Tambem devo mencionar o ouro em barra e em pó.

VIII.

Maranhão.

Tambem na provincia do Maranhão a construcção naval achava-se em mui boas circumstancias, nos tempos de que estou tratando neste escripto.

A exportação principal desta provincia consistia em algodão em rama, e em arroz.

Estes dous artigos eram produzidos e exportados em quantidades muito notaveis.

Não faço aqui menção especial dos outros pontos de que tracei quando fallei das provincias anteriormente citadas, porque não desejo fazer repetições.

Devo entender-se que nesses ramos a provincia do Maranhão não se achava em condições inferiores áquelles em que considerei a provincia de Pernambuco.

Talvez mesmo possa dizer-se, sem exaggeração, que, a certos respeito, a provincia do Maranhão podia competir com a da Bahia e a do Rio de Janeiro.

Supprimo as observações que aqui me occorrem mui logica e naturalmente, porque não convém anticipar-me ao meu proprio plano.

Entretanto, de obvias que são, talvez se tenham já offerecido ao espirito do leitor attento e perspicaz.

Passarei, portanto, á ultima provincia do nossa vastissimo e importante litoral.

As condições com que empreendi este trabalho não me permittem ser minucioso.

IX.

Pará.

A provincia de Pará, pelas suas condições especiaes, é talvez a mais habilitada para a construcção.

Não é, portanto, assereção extranha o dizer-se que, já nos tempos a que é concernente este exame, esse ramo estava no mesmo pé de actividade em que se achava no Rio de Janeiro e na Bahia.

Tambem em outros pontos ella era igual á essas duas. Consistia a exportação em salsa parilla, cacão, especiarias, guaraná e borraxa.

Devo mencionar a respeito desta provincia a seguinte circumstancia.

Os indios estavam aldeados regularmente em diferentes pontos da provincia, e eram dirigidos pelos seus caciques com o titulo de capitães mores.

Eram os indios, assim regidos, os que colhiam esses productos.

Naquelles tempos utilizavam-se os indigenas com beneficio delles, da civilisação, e, portanto, do paiz.

Hoje... mas para que fazer observações acerca de factos actuaes que se passam á nossa vista o estio ao alcance da comprehensão, e do bom senso de todos nós os tristes contemporaneos desta epocha?

ARTIGO QUARTO.

I.

Objecto deste artigo,

No artigo precedente a este deu-se uma vista de olhos pelas oito provincias littorales do imperio.

O objecto desse breve estudo foi expôr a produção de cada uma dessas provincias nos diversos ramos do trabalho.

Occorre-nos hoje a conveniencia de darmos uma idéa do corpo commercial naquelles tempos.

O seu modo de ser, então, mais talvez do que a sua propria organização, influiu favoravelmente em todas as circumstancias do commercio e por consequencia na sorte do trabalho e da produção.

A natureza e assumpto deste modesto estudo não favorecem a adopção de um verdadeiro systema na exposição dos factos e idéas que propuz-me communicar ao leitor.

Entretanto, faço quanto me é possível por dar certa ordem e classificação ás materias de que tracto.

Parece-me que este é o lugar mais conveniente para collocar os factos que hoje vou referir.

Convém declarar que, com a denominação de corpo commercial, abranjo, não só os verdadeiros negociantes, como tambem os seus caixeiros.

II.

Os negociantes.

O commercio era, naquelles tempos, talvez mais do que o seja hoje em dia, um genero de politica que reclamava da parte dos quo o exerciam muita intelligencia, perspicacia e fino especial.

As circumstancias do tempo e as do paiz especialmente exigiam aquellas condições.

Davam-se ellas, com effeito, nos negociantes e eram realçadas por muito boa fé, actividade e espirito de classe, ou, para fallar com mais exactidão, harmonia dos membros do corpo commercial.

Este torna-se saliente, com especialidade no Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Bahia e Pará.

Estes cinco grupos davam todo o impulso ao movimento commercial do paiz inteiro.

A Bahia era, depois de Rio de Janeiro, a praça mais forte, aquella onde se davam os predicados que já mencionei.

A circumstancia de ser todo esse corpo de commercio então *nacional* bastava para dar áquelles tempos, fallando commercialmente, uma feição propria que falta aos tempos actuaes.

A theoria do credito confirmada pela prohibidade dos negociantes era effectuada de modo que dava de si todas as vantagens possíveis, sem os descontos e contingencias que resultam das desconfianças dos nossos tempos.

O commercio de longo curso tinha então uma extensão e desenvolvimento que não tem hoje. Retiro-me ao commercio de longo curso nacional.

III.

Os caixeiros.

Se por um lado o corpo commercial era composto convenientemente quanto ao pessoal dos negociantes, era por outro lado bem organizado quanto aos agentes destes, ou caixeiros.

Assim como era proverbial a probidade e actividade dos amos, era-o tambem a fidelidade, sujeição e diligencia dos caixeiros.

Estes formavam uma verdadeira escola de futuros negociantes e já o eram praticamente em algumas praças.

Na da Bahia, por exemplo, os amos consentiam que os caixeiros possuissem navios seus.

Para utilisarem esta faculdade não importante, associam-se elles e montavam navios por sua conta, ao passo que desempenhavam as suas obrigações para e com as casas em que serviam.

IV.

Actividade.

Deste complexo de interesses e aptidões bem combinados, dirigidos e applicados resultava grande e efficaz actividade de movimento commercial.

Partia este de centros bem compostos e movidos que eram as principaes casas commerciaes.

O pessoal de cada uma destas era numerozo e classi-

ficado. Parto dello sorvia no escriptorio, outra parto no armazem, outra na alfandega e nos trapichos.

O commerciante era firme em sua casa como centro a que deviam recorrer, em casos de duvida, os executores de suas ordens.

Ha de parecer, à primeira vista, que estes factos não differem muito dos que hoje se dão.

Entretanto, se os estudarem com attenção, hão de achar que entre o presente e o passado ha differenças essenciaes.

Estas differenças actuam necessariamente no modo, na intensidade e nos resultados do movimento commercial.

Por outro lado, o caracter essencialmente politico dos nossos tempos reage notavelmente, não só sobre os proprios negociantes, como tambem sobre a classe dos caixeiros.

A primeira consequencia desta reacção é o espirito insubordinado destes.

V.

Observação especial.

Parece-me que não será desituida de utilidade a menção do seguinte facto.

O corpo do negociantes, organizado como eu, ha pouco disse que elle se achava naquelles tempos, dava, além dos outros, o seguinte resultado.

Era elle quem introduzia na casa da moeda, para receber o cunho nacional, por sua conta, milhões de pesos, e de prata em barras e de ouro em pó e tambem em barras.

Os Exms. Srs. Marquez de Abrantes e Marquez de Olinda podem ser invocados como formaes, e a todos os respetos importantes autoridades, para confirmarem as minhas asserções.

O primeiro na Bahia e o segundo em Pernambuco foram provavelmente contemporaneos dos factos por mim citados.

Além disso, um e outro acham-se em posição de mandar proceder á collecção e exame de valiosos documentos relativos a esta materia.

Conviria fazer estas pesquisas na repartição dos despachos dos productos nacionaes que pagavam dizimo ao thesouro, como seja o assucar, o café, aguardente, etc., etc.

Pelo arsenal de marinha tambem se poderia examinar o despacho maritimo e matricula dos navios brasileiros, sua lotação e pessoal, bem como a matricula dos calafates e carpinteiros da ribeira.

Se me não engano, poderiamos, por meio destas indagações bem dirigidas e executadas, formar um corpo de informações para a historia economica do paiz.

Esta não será de certo inutil aos nossos vindouros, nem ainda mesmo á geração actual.

Aqueelles que a escreverem com verdade e criterio prestarão, portanto, bom serviço ao paiz.

Appello particularmente para o Sr. Marquez de Abrantes a quem, por varios motivos, esta applicação deve ser levada com preferença.

O Sr. Marquez, nascido na tão importante praça da Bahia, deve ter viva memoria dos factos a que alludo, e

está no caso de avaliar a conveniencia desta minha proposta.

E' portanto, de esperar que sua excellencia não deixo de honra-la com alguma attenção de sua parte.

E' quanto, por hoje, se me offerece dizer.

Opportunamente voltarei a tratar de outros pontos.

ARTIGO QUINTO.

I.

Objecto deste artigo.

Nos dous artigos precedentes a este demonstrou-se, por uma revista tanto do interior como do littoral do Brazil, antes da vinda do Rei D. João VI, que, naquelles tempos, o paiz, pelas condições economicas em que se achava, bastava a si mesmo e era rico.

A nossa propria experiencia nos certifica tristemente que, nos nossos dias, está o imperio pobre e dependendo dos estrangeiros, em todos os sentidos.

Como se effectou esta deploravel mudanca? Quaes foram as causas que a determinaram?

Este é o ponto principal deste artigo. Demonstra-lo-hemos, não com discursos palavrosos e theorias vagas, senão com factos reaes passados na nossa terra.

Datan esses factos da chegada da familia real ao Brazil, que foi a epocha em que começaram as imprudencias—chamemos-lhe assim—que arruinaram a saude economica do paiz e lhe causaram a tísica de que está quasi moribundo.

Apontamentos Historicos.

II.

Este artigo vem, portanto, a ser uma simples collecção de apontamentos historicos que não andam escriptos o que convém colligir, escrever e conservar.

Alguma vez a algum serão elles uteis. Os males da sociedade são semelhantes aos dos nossos corpos. Não é possível curar-lhes sem conhecer-lhes a origem, o desenvolvimento e as condições em que se tornaram chronicos.

Só para as recordações historicas em que vou entrar são necessários alguns artigos.

O meu systema consiste em dividir, quanto for possível, a materia para evitar a confusão que causa a memoria e offusca a intelligencia.

Por hoje, e como prelinhar do que consequentemente hei de relexir, tratarei sómente de um homem.

Foi elle a fonte de que decorreram, não só as más doutrinas economicas que nos perderam, como também os primeiros, essenciaes e deploraveis factos que as confundiram.

Infelizmente esse homem ainda hoje conta numerosos discipulos nesta terra.

A historia dirá se tal homem foi *instrumento* ou *cum-plice* dos nossos inimigos.

III.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho,

D. Rodrigo era ministro de D. João VI, ou da rainha D. Maria I, quando Suas Magestades chegaram ao Brazil em 1808.

Esse ministro tinha sido educado em Inglaterra onde, a par das doutrinas inglezas que apprendia, como era natural, contrahia numerosas e intimas relações pessoas no paiz.

Pelas elevadas condições sociaes de D. Rodrigo de Souza Coutinho é facil avaliar a natureza, importancia e significação politica e social das pessoas com quem elle travou relações.

Não é inutil levar em conta as circumstancias criticas e perigosas em que se achava a monarchia portugueza na occasião em que a familia real emigrou para o Brazil.

Pela mesma razão, convém notar a influencia que a Grã Bretanha podia ter e teve na sorte dos reaes emigrados.

Este conjunto de factos habilitará o historiador para julgar, se o animo de D. Rodrigo era o mais proprio, ou não, para receber toda a influencia da politica inglesa nos seus procedimentos como homem de estado.

Parece-nos que os factos bem estudados autorisam a responder affirmativamente.

IV.

Como começou a má influencia.

Além de todos os predicaes que mencionei no paragrapho antecedente a este, possuia D. Rodrigo o de ter trazido da Grã Bretanha as idéas economicas que hoje são exportadas para a nossa terra, por assim dizer, encaixotadas em livros dourados.

E seja dito aqui, como em parenthesis, que a molestia causada por essas idéas a D. Rodrigo, tem invadido o es-

pirito da nossa mocidade quasi toda, e até algumas das nossas illustrações politicas.

Mas não nos desviemos, por esta reflexão incidental, do assumpto verdadeiro que imos esboçar, isto é, o começo ou manifestação da má influencia.

A intriga é quasi sempre a primeira arma de que o mal se serve para chegar a seus fins.

Lançou-se mão da intriga para plantar-se em terras portuguezas as idéas que hoje nos arruinam. Eis aqui como se passou o negocio.

Em 1807, antes da partida da familia real para o Brazil, começou-se a indispor os animos regios contra todos os homens de doutrinas sans, de patriotismo puro e de experiencia feita no governo das provincias ultramarinas, principalmente nas brasileiras.

Para chegar a este fim lançava-se mão do meio o mais efficaz naquellas circumstancias, que era o de acoimar taes homens de partidarios de Napoleão I.

A côrte, indignada e cautelosa, afastava-os da gerencia ou mera intervenção nos negocios publicos, como pessoas suspeitas de traição.

Assim se fazia, junto das pessoas reaes, espaço sufficiente para que D. Rodrigo do Souza Coutinho se collocasse, como homem necessario, o monopolisasse para si só toda a confiança do principe.

E' desnecessario demonstrar aqui toda a importancia e efficacia de semelhante monopolio politico exercido por um homem que moralmente se achava tão ligado à Grã Bretanha julgada, nas circumstancias criticas em que se

achava a côrte, como uma alliada, uma protectora indispensavel a Portugal.

O plano foi bem concebido, foi executado com a maestria que caracteriza todas as manobras do poder a quem elle importava e deu optimos resultados, como se principiára a ver no paragrapho que segue a este.

V.

Primeiro resultado da má influencia.

Estabelecida, como se disse atraz, a influencia de D. Rodrigo de Souza Coutinho na côrte, fez logo a seguinte obra.

Rosolvida a emigração da casa real portugueza para os dominios do Brazil, como naquelles tempos se dizia, tratou-se de effectuar a resolução.

Na occasião em que a côrte embarcou para a America, achava-se na barra de Lisboa a frota, ou comboi, do Brazil composta de numerosissimos navios nacionaes carregados de productos brasileiros importando em avulladissimas sommas.

Ha ainda, nesta mesma cidade do Rio de Janeiro, pessoas contemporaneas daquelles factos, as quaes podem attestar o rico valor das frotas que do Brazil sahiam para Portugal.

Todos os navios daquella frota que se achava à barra de Lisboa, quando de lá sahio para cá a familia real portugueza, foram entregues ao almirante inglez Sidney Smith, que estava então no porto de Lisboa com uma força britannica.

A entrega da frota ao poder inglez fez-se por *ordem* e em *nome* do principe.

O almirante Sidney Smith, recebendo-a em nome do governo britannico, mandou-a immediatamente para as docas de Londres.

Ali permaneceram os navios de tres a quatro annos !

Nomearam-se commissões inglezas para entender na administração delles.

Cooperava com essas commissões estrangeiras, como representante dos donos dos navios, *quem*?

D. Domingos de Souza Coutinho, isto é, o proprio irmão de D. Rodrigo !

Seja dito aqui, que D. Domingos teve o bom senso, ou como lhe quizerem chamar, de nunca ir a Portugal nem vir ao Brazil.

Agora, noto-se bem o que vou referir.

A frota esteve, por assim dizer, presa nas docas inglezas enquanto se não fez entre a Grã Bretanha e Portugal o famoso tratado de 1810.

Feito este, entregaram a frota a Portugal com a competente conta de enormes despesas que a historia imparcial ha de considerar como verdadeiros *direitos de carceragem*.

Entregou-se a frota, mas navios o carregamentos estavam arruinados e perdidos.

Entendem agora ?

SEXTO ARTIGO.

I.

O tratado de 1810.

Continua-se neste artigo a recordação historica principiada no artigo antecedente.

Na ultima divisão desse artigo mencionou-se o deploravel facto da entrega da frota do Brazil á Grã-Bretanha, na occasião em que a familia real portugueza saíu de Lisboa para o Brasil.

Estabelecida no Brazil a monarchia, o primeiro acto regio de importancia foi a abertura dos portos ao commercio estrangeiro.

Era um acto preparatorio para o outro que lhe veio consequente, e foi o tratado celebrado com a Grã-Bretanha em 1810.

Este tratado deve ser considerado como a machina destruidora da prosperidade do paiz em todos os sentidos porque foi concebido com clausulas taes que toda a utilidade e proveito redundou em beneficio sómente de uma das partes contratantes.

E já é bem de ver que a outra parte que ficou lesada não foi a Grã-Bretanha. Esta, além da habilitade com que costuma sempre a contractar, tinha naquelle caso quem *especialmente* lhe promovesse as conveniencias.

Sem offender a verdade, e nem sequer exagerar-a, é licito dizer que por aquelle tratado deu-se á Grã-Bretanha o *monopolio* da importação nos dominios do Brazil.

Estipulou-se que as mercadorias britannicas entrariam

com direitos de quinze por cento *ad valorem*. E note-se bem que não havia impugnação.

Ao mesmo tempo que se fazia esta prodígia estipulação a favor dos productos britannicos, o que succedia aos importadores que não tinham tratado?

Esses pagavam pela pauta das alandegas vinte e quatro por cento!

E ainda não está tudo neste ponto. O mais singular, inique e revoltante é o que vou dizer.

O commercio nacional que desses paizes traria gneros de importação, tambem pagava por elles os ditos vinte e quatro por cento!

A verdade exige que aqui se note que não era esse o unico vexame a que ficou infelizmente sujeito a marinha mercante nacional.

Ainda soffria estes outros.

A' entrada nos portos nacionaes, tiravam-lhe as tripolações deixando-lhe sómente o recurso aos escravos com que suppriam a marinhagem que lhe tomavam.

Obrigavam-na a ter capellão e cirurgião e a salis-fazer mil outras condições dispendiosas.

Sujeitavam-na a despachos minuciosos, desnecessarios e numerosos que, além de consumir dinheiro, faziam perder tempo preciosissimo.

Assim o maldito, tres vezes maldito, tratado de 1810 deu tudo e nada recebeu.

Abandonou o commercio nacional ás suas proprias forças que lesadas enormemente pelo estrangeiro PROTECIMO foram decalindo consideravel e continuamente.

Para completar-se a ruina da nova marinha mercante decretou-se a seguinte medida que sohojamente revela a sua origem.

O navio estrangeiro podia nacionalisar-se mediante o pagamento de quinze por cento do seu valor.

Este golpe foi dado com gigantesca força e de modo directo na importantissima industria da construcção naval do paiz.

De todas estas cousas, resumidamente enumeradas neste breve estudo daquelles tempos tão fataes, proveiu o anniquillamento de todas as forças do estado.

O tratado de 1810 foi, portanto, o *pacto do diabo*, permittam que o digamos.

II.

O conde de Anadja.

E' cousa tristemente notavel, mas mui antiga nesta terra, que as intenções puras são inefficazes e os homens de bem são impotentes porque a intriga dos mãos os supplanha.

Sirva este capitulo de rememorar o nome de um grande cidadão, de um homem honrado, de um subdilo leal a seu soberano.

Referimo-nos ao illustre conde de Anadja, de quem citaremos o seguinte rasgo.

Ao mesmo tempo que se apresentou á regia assignatura o tratado commercial de 1810, devia tambem ser assignado um acto internacional para effectuar-se a entrega da ilha de Santa Catharina ao governo britannico.

O conde, sabedor disto, foi ao paço na occasião em que D. Rodrigo apresentou ao rei esses papeis, e impedida de el-rei e por este concedida a permissão de fallar, observou ao principe:

Que o commercio reciproco de que fallava o tractado era illusorio.

Que os inglezes importariam tudo nos dominios portuguezes, e os subditos portuguezes apenas poderiam levar à Grã-Bretanha algodão em rama, pão brazili, brilhantes, barras de ouro, ouro em pó, e prata e ouro em moeda.

Que os productos colonias ficariam excluidos pelos direitos chamados prohibitivos.

Que assim ficaria arruinada a industria portugueza creada e protegida pelo marquez de Pombal nos vinte e um annos de seu ministerio.

Que os povos assim arruinados e ociosos por não terem em que empregar-se, se dariam ás discussões politicas.

E que a consequencia de tudo seria uma revolução fatal, ou ao proprio principe, ou, com certeza, a seus filhos.

Por epilogo desta exposição franca e veridica, o conde advertio ao principe do que entre os papeis que ia assignar estava a cessão da ilha de Santa Catharina aos inglezes.

O principe, examinando os papeis que lhe tinham posto diante, sobre a mesa, den com o acto a que se referia o conde de Anadía, o, tornando-o entre os dedos, rasgou-o com indignação.

Evitou-se, desde modo, a verdadeira traição de entregar ao poder estrangeiro uma parte, e parte importante do territorio nacional.

III.

Recepção e triumpho de D. Rodrigo.

O conde de Anadía suppôz que a sua nobre e corajosa lealdade havia conseguido tudo o que tivera em vista; e que, assim como evitara a entrega da ilha, obstará tambem a celebração do tractado.

Mas o animo do principe, dominado pelo terror que lhe causava Napoleão, tornara-se quasi britannico, pela idéa de que só a Grã-Bretanha o poderia livrar daquelle poderoso inimigo.

D. Rodrigo, com a habilitade propria do mal, lançou mão dessa arma, e o principe, vencido pela sua pusillanidade, assignou o tractado.

O conde de Anadía recebeu deste facto commoção tão grande, que sahio da sala do paço já com os primeiros symptomas de congestão cerebral e desta falleceu chegando á sua casa.

Morto o conde de Anadía, ficou do todo livre a D. Rodrigo de Souza Coutinho o terreno politico que só elle dominou.

Nesse terreno moveu-se elle com toda a liberdade que convinha á sua politica contraria aos interesses da nação.

O seu ultimo acto, nessa carreira fatal por ella seguida depois do fallecimento do conde, foi o tractado de 1813, 1814 que auctorison a Grã-Bretanha a tomar navios com bandeira portugueza no Gollo de Guiné e no norte da equinoxial.

Este tratado foi assignado sem objecção alguma pelo principe que provavelmente foi enganado a respeito do verdadeiro sentido e alcance das clausulas que assignou.

O facto que se vai referir do paragrapho seguinte a este, confirma a asserção relativa ao engano de que o principe foi victima assignando aquelle acto internacional.

IV.

Morte de D. Rodrigo.

A authorisação dada ao inglezes para capturar navios com bandeira portugueza deu logo as consequencias que se deviam esperar.

Grandissimo numero de navios nacionaes foram com effeito capturados:

Os proprietarios desses navios foram ao principe queixar-se desta espoliação feita em virtude de um tratado secreto!

Responden-lhes sua alteza que elles seriam indemnizados, mas que semelhante tratado lhe era inteiramente estranho.

D. Rodrigo chamado e questionado, respondeu ao principe que este tinha ratificado em tal data esse tratado.

Tal foi a indignação sentida pelo principe, que, tomando uma bengalla que lhe estava á mão deu algumas bengalladas na cabeça do ministro.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, como era de esperar, apaixonou-se por este insulto que não deixava de sê-lo por vir de regia mão.

Sabido do paço foi elle para casa directamente e tomou veneno de que logo morreu.

O veneno que esse ministro tomou foi mais prompto, mas não mais pernicioso do que aquelle que elle deu á nação.

Ainda estamos todos envenenados dessas preparações toxicas manipuladas pelos ministros da Grã-Bretanha e ministradas pelos nossos proprios ministros aos seus concidadãos.

D. Rodrigo tem entre nós numerosissimos descendentes politicos, principalmente em materia economica.

Si a nação lhes dêsse algumas bengalladas boas!

ARTIGO SEPTIMO.

I.

O Conde da Barca.

Ainda neste artigo continuo a tratar do assumpto movido no artigo sexto.

Estas narrações de factos, ou desconhecidos, ou esquecidos, tem suas utilidades, e a menor dellas é mostrar a feição daquelles tempos.

Referi no artigo anterior a este as singulares circumstancias da morte do ministro do estado dom Rodrigo de Souza Coutinho.

Morto elle, crei chamou para succeder-lhe, na cadeira ministerial, o Cavalheiro Araújo que fora enviado

extraordinario e ministro plenipotenciario em Pariz e leveo depois o titulo de conde da Barca.

Este ministro abriu a sua carreira ministerial com um rasgo de energia e dignidade que mereco ser aqui mencionado.

Lord Strangford, ministro britannico junto do crei D. João sexto, logo que foi nomeado o novo ministro, pediu-lhe dia e hora para conferencia.

A' hora aprazada compareceu effectivamente o *lord*, mas em vez de trajar com a seriedade propria do acto a que ia, appareceu vestido de *niza*, *bolas de cambão*, e *chicinho de montar*.

O conde da Barca, entrando na sala, mediu com a vista ao *lord*, e, sem tomar assento disse-lhe, pouco mais ou menos o seguinte :

« Eu emprasei para uma conferencia ao ministro de sua magestade britannica. Comvosco nada tenho que tractar. »

Ditas estas palavras deu-lhe as costas e retirou-se.

No momento em que elle se retirava, declarou o *lord* que queria os seus passaportes.

« La lhe irão, respondeu o ministro, desaparecendo. »

Effectivamente os passaportes pedidos e promettidos foram expeditos ao ministro britannico.

Este, desconcertado pela firmeza do portuguez, usou delles e foi-se.

Assim terminou a missão do *lord* por uma questão de etiqueta.

Os tempos vieram infelizmente mostrar-nos que havia mais firmeza em repellir a *niza* do *lord* do que a *influencia* pernicioso do seu governo.

Peores foram as *nizas* aperladiissimas que nos obrigaram a vestir com o nome de *tractados*.

II.

Reclamação.

Um dos primeiros actos do conde da Barca, como ministro de estado, foi reclamar do governo britannico uma indemnisação pela perda da captura dos navios portuguezes no golfo do Guiné.

A reclamação foi concebida em termos laes, que o governo britannico não a pôde contestar.

Reconheceu, pois, a illegitimidade da captura, e a razão da reclamação no valor de duzentas ou trezentas mil libras esterlinas.

Esta quantia foi entregue em Londres ao representante da casa da viuva Carneiro e fillos, que era o sr. José Alexandre Carneiro Leão, depois visconde de Campos, hoje fallecido.

O conde da Barca, pagas todas as indemnisações aos prejudicados, mandou entregar o saldo ao conde de Palmella.

Esta ordem foi pontualmente cumprida pelo representante da casa Carneiro e fillos.

Mui poucos tempos antes da morte deste cavalheiro, quem isto escreve teve occasião de informar-se com elle a este respeito, e tudo o que aqui se diz foi por elle confirmado.

III.

O tratado de 1814.

Concordou o governo britânico em pagar ao portuguez a indemnisação por este tão justamente reclamada. Fez nisso justiça, porem não a fez sem condição e bem é de ver que a condição havia de ser proveitosa à Gran-Bretanha.

A clausula feita pelo governo britânico foi a celebração de um tratado que tornasse legal o abuso commetido no golfo de Guiné.

Para esse fim veio de Londres o conde de Palmella ao Rio de Janeiro onde tomou a pasta dos negocios estrangeiros.

Celebrou-se então effectivamente o tratado de 1814 que restringiu ainda mais o circulo em que o de 1810 pendera as forças do paiz.

As consequências deste tratado foram taes, que o commercio nacional desanimou de todo em todo.

Os negociantes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, venderam navios, terminaram as transacções e liquidaram as casas.

Ficaram somente algumas casas de consignação e poucas de negocio da costa.

Todas as casas que continuaram a negociar como antes do tratado, perderam-se.

Consumiu-se assim a obra satânica da anniquilação do paiz.

De-nos muito embora a palavra que imos pronunciar,

dove dizer-se a verdade seja contra quem for, principalmente quando ella aproveita ao bem da nação.

Ora a verdade pura, e sem paixão alguma, é que naquelles tempos o sr. D. João sexto constituiu-se em realidade consul da Gran-Bretanha.

IV.

Conclusão.

Sem entrar em circumstanciada analyse, concluirei este artigo mencionando os tratados de 1815, 1817 e 1821.

Todos elles são mais ou menos continuadores das ideias contidas nos de 1810 e 1814; sempre nocivos a nós, sempre favoraveis á Gran-Bretanha.

O que mais triste ainda é para nós, é que, constituido o imperio, não cessou a influencia britannica, pelo contrario continuou talvez mais maligna.

Lord Possonby foi autorizado a tractar da nossa independencia com Portugal.

Ja se sabe que entre nações não se fazem inteiramente gratis semelhantes favores.

A Gran-Bretanha melhor do que qualquer outro estado sabo fazer valer os serviços dessa ordem.

A prova desta nossa asserção ali está na nossa tristissima historia contemporanea, é o tratado de 1826 feito entre o Brazil e a Gran-Bretanha.

Esse deploravel tratado era legitimo descendente dos outros e não desmentia a nenhum respeito o caracter dos seus malitos antepassados.

Em resumo podemos dizer que, ha cincoenta e seis

annos, o maior inimigo deste paiz é o seu proprio governo que o sacrifica ás conveniencias estranhas!

Declaro-se, em abono da justiça e tambem para alguma consolação do paiz, que desta regra algumas honrissimas excepções se devem fazer.

São as principaes os mui honrados viscondes de Uruguay e Labradorhy, exemplos de verdadeiro patriotismo, de pura honradez.

Entre tambem nessa excepção a memoria do nobre marquez de Paraná que tambem energicamente rebateu a famosa missão Ellis, novo laço que a jesuitica ambição britanica lencionava a mar-nos.

ARTIGO OITAVO.

I.

Assumppto.

Constará este artigo de duas divisões; em uma se tractará do tractado de 1810 e em outra do de 1826.

Em cada uma dellas se examinará a natureza o consequencias desses tractados.

II.

Tractado de 1810.

O tractado de 1810 condemnou todos os habitantes do Brazil, que viviam do seu trabalho, a uma ociosidade forçada.

Reinou geral desanimo no povo que viu mallograrem-se as esperanças concebidas pela vinda ao Brazil da familia real.

Pareceu-lhe perdido o sem remedio o futuro com que tinha contado.

As justas ponderações do conde de Anadia chamaram a attenção do principe regente para a triste situação creada por aquelle tam deploravel tractado.

Sua alteza principion a reconhecer a gravidade das circumstancias pelo golpe que o tractado dera na navegação nacional.

Assombrava-se o principe do proligioso numero de navios mercantes condemnados o vendidos a vil preço pelos seus proprietarios.

Para definir, em resumo, a estreiteza das circumstancias, basta citar o seguinte facto.

Deceitou-se que todos os objectos despachados na alfândega para uso particular dos importadores passassem livres de direitos.

Esta isenção tornava-se effectiva, jurando os interessados aos santos evangelhos, que a importação era desnada ao uso domestico.

Procurou-se, ao mesmo tempo, compensar a ruina de certas industrias pela creação de outras que pareceram compatíveis com as circumstancias.

Animou-se o estabelecimento das seguintes fabricas: de galões do ouro e prata, de meias de seda, do fiar e tecer algodão, e de meias deste genero.

As ferias destes estabelecimentos, so me não enganava a memoria, eram pagas pelo real erario.

Mas a experiencia mostrou que nem nestes ramos podiam ser efficazes os esforços tentados pelo governo contra as consequencias do tractado.

Logo que o erario cessou de pagar as ferias, cessaram tambem, umas depois de outras, todas aquellas fabricas !

Nada podia resistir á força outorgada pelo tractado á importação dos productos inglezes no paiz.

Chegaram as cousas a tal ponto que a fabrica da polvora, sustentada pelo governo, não pôde competir com a importação da polvora ingleza fina e grossa, tanto para o consumo como para a exportação para a costa d'Africa !

A consequencia deste geral desequilibrio foi a pobreza de milhares de pessoas, das quaes parte foi soccorrida pelas ordens terceiras, e parte recorreu á charidade christã dos cidadãos.

A maioria destes infelizes era composta de trabalhadores dos estaleiros.

A classe que resistiu mais algum tempo á adversidade foi a dos ouvidos, mas ficou sempre tam deffinhada que pouco mais é do que um esqueleto.

A unica industria que não depereceu, e antes prosperou em grande escala, foi a agricultura.

Só o districto de Campos, no ramo do assucar, chegou a pôr aqui no Rio de Janeiro umas vinte e cinco mil caixas, e novo a dez mil pipas de aguardente em cada anno.

Alem da enorme exportação que faziamos de assucar de Tapacorã para o Rio da Prata, exportavamos grandissimos carregamentos para a Europa e dezesete ou dezotto mil pipas de aguardente.

Diga-se, de passagem, que esta industria depois do *systema de partilha* tem decalido a tal ponto, no sul do imperio, que o norte já o suppre com o que lhe falta para consumo.

Terminarei este triste capitulo com uma observação tristissima que é concernente ao assumpto principal delle.

O corte de madeiras era uma das nossas principaes industrias, que fornecia material para todos os generos de construção.

E o que succede hoje ?

Ahi estão todos os armazens cheios de *pinho do norte*.

Essa madeira exotica foi admitida, ha cincoenta e cinco annos, aqui no PAIZ DAS MATAS !

Este facto, só por si, attesta a qualidade dos governos que temos tido.

Taos são, em pobrissimo resumo, as consequencias do ominoso tractado de 1810.

Devemos considera-lo como o primeiro capitulo da historia das nossas desgraças publicas.

Deus perdoe os seus auctores !

III.

o tractado de 1826,

Este tractado é tam recente, que deve ser conhecido por todos ; é um facto contemporaneo.

Direi apenas algumas palavras para rememorar a sua origem.

Considero-o como consequencia do tractado de 1810.

Este foi extorquido do Sr. D. João VI na triste conjunctura da invasão franceza.

Aquelle foi dictado quando as *necessidades* da declaração da independencia o tornavam possível.

Os inglezes tinham aprendido em 1810 como haviam de proceder em 1826.

A experiencia surtiu bom effeito.

Estes grandes factos internacionaes tem uma ligação íntima entre si. Nem todos a percebem, porém os resultados a demonstram.

Constituem elles uma *doctrina* que se torna hereditaria de governo a governo.

Assim como o *espírito* que produziu o tratado de 1810 passou ao primeiro reinado imperial e produziu o tratado de 1826, também passou deste ao actual reinado.

Os factos que confirmam a presença o influencia desse espírito nos tempos presentes são os seguintes.

Aboliu-se o corso ! O corso era a milieira protectora do commercio marítimo dos estados fracos. Era a nossa unica arma contra os fortes que nos quizessem opprimir. Quebraram-na !

Entregou-se ao estrangeiro uma parte da mocidade do imperio, pela convenção relativa á nacionalidade dos filhos de estrangeiros nascidos no imperio !

Celebraram-se as convenções consulares.

Segundo me consta, estão na forja as seguintes armas contra os interesses do imperio :

Entrega da nossa cabotagem ao estrangeiro !

Nem dos nossos rios interiores !

Subvenção a companhias de navegação estrangeiras !

Querem reduzir-nos á condição dos botocudos demandando-nos a vermes de cá da terra os nossos mares sem termos sequer uma gamella para boiarmos sobre as ondas !

Para quem appellaremos de tanta desgraça, a não ser para Deus e o imperador ?

A' aquelle appellemos para que inspire a esto.

A esto appellemos para que se lembre que é rei e filho desta terra que parece engelhada !

o Exm. Sr. Barão de Cuyuti.

O correspondente C. G. de *Espectador da America do Sul* no n. 49, de 19 de Novembro de 1863, continua a commetter inexactidões na historia diplomatica do Brazil.

Diz que fallecendo o conde de Linhares, succedeu-lhe o conde da Barca, e que este tendo marcado uma audiencia ao enviado britannico Lord Strangford, este ministro se lhe apresentou *vestido do nisa com botas de canhão, e chicotinho de montar*. (Que o conde estranhando aquelle traje irregular, lhe dissera :

« Eu convidei para uma conferencia ao ministro de S. M. Britannica. Comvosco nada tenho que tratar ; e, ditas estas palavras, deu-lhe as costas e retirou-se. »

A' vista disto o enviado pedira os seus passaportes.

Nada disto é exacto. (Quem succedeu ao conde de Linhares, foi o conde das Galveas em 1812. O conde da Barca

foi nomeado ministro da marinha em 1814, quando falleceu o dito conde das Galveas. Lord Strangford retirou-se desta corte á pedido do principe regente, depois o Sr. D. João VI, por estar então desgostoso pelo seu procedimento; e a carta de gabinete se pôde ver na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, porque deve estar registrada no livro denominado—Cartas á principes.

Sua Magestade Britanica respondeu a esta carta, admirando-se de que lord Strangford, que antes tanto agradara á corte portugueza, que até se interessou para que elle fosse nomeado embaixador, tivesse incorrido no desagrado do Sua Alteza Real; mas, como incorrera nesta infelicidade, o mandára retirar. Posso asseverar este facto, pois que eu era official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, o tive conhecimento dessas cartas.

As reclamações, que se fizeram contra a injusta captação das embarcações brasileiras na Costa da Africa, não foram feitas pelo conde da Barca, que então era ministro, mas sim pelo conde das Galveas.

Elas foram attendidas pelo governo britannico no tratado feito em Vienna d'Austria em 21 de Janeiro de 1815, o não de 1814, como assevera o Sr. correspondente C. G., pelo qual aquelle governo no art. 4.º se obrigou a pagar em Londres tresentas mil libras esterlinas, para se satisfazerem as reclamações dos navios portuguezes apressados pelos cruzadores inglezes, antes do 1.º de Julho de 1814, pelo motivo allegado de fazer o trafico illicito de escravos.

O Sr. correspondente C. G. tambem refere que lord Ponsomby foi auctorizado a tratar da independencia do

Brazil em Portugal. Não foi este lord, mas sim Sir Charles Stuart, que foi o plenipotenciario do tratado de 29 de Agosto de 1825 pelo qual o Sr. rei D. João VI reconheceu a independencia e soberania do Brazil.

O meu fim é unicamente rectificar os factos historicos da diplomacia brasileira; porque, a não ser assim, sendo publicados em um jornal de tanto conceito, como o *Especulador da America do Sul*, podem induzir em erro os futuros historiadores.

BARÃO DE CAYRÚ.

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1863.

(*Constitucional* n. 156.—1.º de Dezembro de 1863.)

Atenção.

O Exm. Sr. barão de Cayrú, no *Constitucional* n. 156 do 1.º do corrente, teve a bondade de vir em meu auxilio na parte em que referi no *Especulador da America do Sul* de 19 de Novembro proximo passado o facto de se ter apresentado lord Strangford em casa do nosso ministro, por occasião de uma conferencia por elle mesmo solicitada, de *núza, botas de canhão e chicote de montar*, e de ter-lhe o nosso ministro voltado as costas vendo-o assim ataviado; pelo que pedio elle os seus passaportes.

Digo que S. Ex. veio em meu auxilio, porque eu ignorava as razões do despeito, que levaram o lord a ter tão insolito procedimento.

Depois do que S. Ex. teve a bondade de referir, já não

se pôde pôr em duvida o facto, sómente pela estranheza a que elle dá lugar.

Com effeito, o lord já não estava em boa disposição para com o governo do enlão, que não subscrevia ás suas exigencias, como anteriormente succedia; e o seu despeito devia naturalmente crescer sabendo que S. A. R. o Príncipe Regente, que havia escripto a S. M. Britannica para dar-lhe graduação diplomatica superior, vio-se forçado a escrever novamente em sentido inteiramente opposto.

As revelações de S. Ex. mostram-me a ligação dos factos; e eu agradeço a S. Ex. o ter-me orientado sobre as causas desses factos, de que tenho conhecimento, e que narrei ao publico.

Agradeço ainda mais os escriptos de S. Ex. porque elles concorrem para o fim, que tive em vista, quando animei-me a trazer á imprensa as noticias e idéas, que o tempo e a experiencia me tem fornecido.

Desejava concorrer para que no futuro não se desfigurassem os factos, e para que, com o conhecimento de certas circumstancias, se podessem formar ajustadas idéas de economia politica com a verdadeira applicação ao nosso paiz.

Não tendo por auxiliar se não a minha memoria, não possuindo os meios de verificar com exactidão as datas e os nomes das pessoas de quem tinha de tractar, os escriptos de S. Ex. têm a inapreciavel vantagem de supprir estas fallas oriundas dos meus, lossamente esboçados (honra a que dou muito subido aprecio), facilitar o descobrimento da verdade a quem no futuro os examinar.

Devo unicamente assegurar a S. Ex., que os factos que relato, ou os presenciei, ou delles tive sciencia por tes-

lemnhas de inteiro credito; deixando de relatar muitos outros, porque da mesma forma os não posso garantir.

E aproveito a oportunidade para solicitar a attenção de S. Ex. para uma questão que se prente ao interesse publico, embora mais particularmente interesse a fortuna de uma familia a quem já restam (a parte della) os mais escassos recursos.

S. Ex. talvez se lembre de uma velho negociante (quo inteiramente arrastava as pernas por ter perdido quasi a força muscular na articulação dos joelhos), de Antonio Machado de Carvalho, morador na rua direita, esquina da de S. Pedro o lado da Praia, viuvo e com cinco ou seis filhas, e quasi todas menores, mandou em 1811 um navio seu (resto de sua passada fortuna) carregado (so me não en-gano) com productos da America do Sul, para o porto de Cadiz.

Este navio, em viagem já perto das illas do Pico ou do Córvo, avistou uma fragata ingleza, a qual lhe fez signal de socorro; o capitão prestou-se com sua lancha e bote tripulados; a guarnição da fragata foi salva e recolhida a bordo do dito navio, e como se achasse arruinada em consequencia do combate no golpho do Mexico com fragatas francezas; mal a guarnição foi salva foi logo a pique; sendo o commandante senhor do navio, seu salvador, pôz em terra de uma das ditas illas o capitão e tripulação do navio, a quem devia a vida com toda a guarnição da fragata submergida; e foi-se para a Grã-Bretanha.

A reclamação que o referido negociante apresentou ao nosso governo, solicitando sua protecção para ser indemnizado pelo de S. M. Britannica, principiou no ministério

do conde de Linhares e correu todos os seus successores, mas em vão.

Rogo a S. Ex., corrobore com sua autoridade esta noticia, modificando-o ou ampliando-a, conforme os dados que possuir.

Talvez que, conhecido o facto pelo publico em toda a sua luz, possa a desgraçada familia, victima de um attentado sem nome, ver reconhecido o seu direito e indemnizada dos prejuizos que tem soffrido.

O Sr. conselheiro Tolentino, membro por parte do Brazil da commissão mixta para a liquidacão das reclamações inglezas e brasileiras, leve a bondade do dizer-me que é esta a primeira de nossas reclamações.

A commissão foi dissolvida, não será possível conseguir alguma cousa em bem da justa causa daquella infeliz familia?

S. Ex. muito póde fazer em seu beneficio.

Petropolis.

Não tenho pretensão alguma de constituir-me correspondentemente effectivo do *Espectador da America do Sul*, entretanto já que daqui lhe escrevo, scja-me assumpto da carta a CIDADDE DE PEDRO.

Petropolis, que é o primeiro *entrepoto* da capital do imperio e do interior do Minas e Goyaz, vivifica-se principalmente pela affluencia das familias que aqui vem passar a estação calmosa e fazem despezas consideraveis.

Recebo ao mesmo tempo grande animação do movimento diariamente operado pela estrada União e Industria.

Transiei por esta bella estrada e não posso deixar de admira-la como uma obra monumental no seu genero para a nossa época e paiz.

Devemos considera-la como um relevante e patriótico serviço prestado com muita fadiga e perseverança pelo distincto cidadão o commendador Mariano Procópio Ferreira Lago.

E' notavel a ordem e promptidão com que funciona continua e efficaçamente o material enorme do serviço desliza, em virtude do systema perfeito adoptado pelo Sr. Lago.

Para avaliar a utilidade da obra de que estou tratando bastará considerar que hoje se fazem trinta leguas até ao Rio de Janeiro, com segurança e commodidade, sómente em vinte e oito horas, quando em outro tempo era preciso caminhar perigosamente durante oito e mais dias!

Não concordo com os que dizem que a cidade de Petropolis está em decadencia. Parece-me, pelo contrario, que vai crescendo em edificios e movimento. Daquelles ha muitos notaveis, até nos arrabaldes, como seja, por exemplo, o que no sitio intitulado a *Presidencia* possui o Sr. Jacomo Ratton.

Este cavalleiro intelligente, illustrado e activo tornou aquelle sitio a mansão do *util* e do *agradavel*, e pelas suas obsequiosas maneiras penhora a todos os numerosos visitantes que vão ali admirar todos os predicaos daquella localidade.

A phisionomia de Petropolis consiste na colonisação

allernã que constitue o nucleo fundamental da sua população, desde os primitivos tempos da colonia que hoje occupa um logar na ordem das cidades do imperio.

Todos os colonos são activos e aproveitam o tempo, de modo que nenhum espaço delle seja, perdido inutilmente.

As primeiras horas da manhã são utilizadas pelos meninos e mulheres em vender leite e verduras; seguem-se a este serviço o do corte de capim.

Os homens trabalham em officinas, ou guiando carroças, ou, finalmente, fazendo carvão.

Ha grandes depósitos deste genero em varios pontos da colonia, donde é levado para os pontos convenientes em carroças movidas por quatro animaes e carregadas com duzentos a duzentos e cincoenta saccos.

Esta industria tem tomado tal desenvolvimento, que não será exagerado o dizer-se que as matas de Petropolis mudam-se todas em saccos para a cidade do Rio de Janeiro !

Não é diffieil prever as consequencias desta devastação. Daqui a pouco tempo todos estes grupos de collinas, que dão a Petropolis um aspecto tão pittoresco, ficarão calvas e reduzidas a enormes pyramides de terra sem belleza nem utilidade.

Permitta Deus que me eu engane, mas penso que terão logar enormes correntes produzidas por chuvas diluvias, que mandarão grandes massas de agua aos canaes tão estreitos da cidade, do que resultarão perigosos inundações.

Não me parecem vantagens aqui as condições da

agricultura, principalmente pelo que toca a arvores frutíferas.

Tambem por cá seguem o systema de dar ás arvores elegancia artificial, despindo-as da maior parte dos ramos.

Parece-me que a natureza é mais sabia o experiente do que o homem, e que este deve imita-la tanto quanto llo for possível.

Ora não é debalde que ella reveste as arvores de uma especie de capa composta de ramos e folhas.

Esta capa protege o tronco, as raizes e a terra em que estas estão implantadas contra os ardores do sol que os cresta e mata.

Cortados os ramos, cessa esta protecção e a arvore fica exposta aos calores e ao musgo no qual se geram animalculos dos quaes nascem brocas que em breve tempo reduzem a pó o interior dos troncos das arvores.

Pelo que tenho observado nos colonos alienaães que aqui estão estabelecidos, presumo que nenhuma outra colonisação nos convenha mais do que esta.

Em geral, acho nesta gente as condições principaes para atingir o fim com que nós os procuramos a elles e elles a nós.

Já em outras partes do imperio, e mihi principalmente no Rio-Grande do Sul, dão elles fundamenta a esta minha asserção.

Petropolis já assumpto a observações uteis a diferentes respeito, até mesmo no ponto de vista puramente social.

Seria superfluo declarar com formalidade, que não me

proponho fazer estudo algum desses que acho possíveis o úteis.

Contudo, enquanto por aqui estiver, irei communicando ao *Espectador da America do Sul* as minhas impressões com a franqueza de pensamento e simplicidade de forma que me são proprias.

Por hoje limito-me a esta breve exposição que serve de prefacio ao que vier posteriormente.

Vale.

Depois que lhe escrevi a minha primeira carta, percorri as colonias de uma a outra extremidade, observando conscienciosamente tudo quanto a ellas é relativo.

A' proporção que von estudando e conhecendo estes sitios, vou propendendo a pensar que elles não são inteiramente destituido de boas condições.

Em todo o districto que se estende para o lado dos Paltys, nas colonias que estão assentadas pelas margens do rio, notei lindos terrenos, pouco ondulados e de excellentes qualidades.

Arrazadas as matas que os cobrem e expostos, por tres ou quatro annos, á acção benéfica do sol, perdendo assim o excesso de frio e humidade que agora os inutilisa, decerto esses terrenos adquirirão todas as propriedades que hoje lhes faltam.

Depois da operação a que alludo, produzirão milho, feijão, cevada, centeio, trigo, batata e hortaliças de toda a especie, e até o café que por aqui já tenho visto muito visoso e fructifero.

O chã deve dar-se optimamente nesta localidade, por que as camelias que são da mesma familia apresentam aqui a mais linda vegetação.

Parece-me que tambem é mui facil a creação de carneiros e vacas, e que valia a pena fazer a experiencia em certa escala.

O abandono em que isto se acha concorre mais que tudo para dar uma certa apparencia de verdade ás asserções dos que dizem mal destes terrenos.

Uma das medidas que convem tomar, desde já, é prohibir a derrubada das matas nas christas dos montes e tambem naquelles sitios onde o declive excessivo impede ou difficulta a agricultura.

Nestes declives uma das utilidades do arvoredo é impedir que as grandes chuvas os tornem desmoronadiços com risco das casas edificadas nas bázis das collinas.

Seria talvez conveniente conservar as matas das vertentes que fteem ao lado do paço imperial na direcção do leste, les-suesto e sueste.

Esta conservação não só preencheria os fins que já expuz, cõmo tambem proporcionaria uma contada ondo o imperador e principes ventham a fazer o exercicio da caça que tão hygienico é.

Porque não se hão de bordar todos os caminhos de madeiras das melhores qualidades? Para isto conviria fazer viveiros. Mas estes devem crear-se por meio de sementes e não de estacas.

A estaca produz mais promptamente, do que a semente, porém a experiencia ensina que os troncos das arvores assim plantadas tem a medula estragada.

Todas estas lembranças não de parecer extravagantes aquelles que dominados pelo egoismo cuidam somente do dia de hoje, isto é, de si.

Eu não perlenço a essa seita, e entendendo que é dever rigoroso de uma geração trabalhar para bem da que lhe ha de succeder.

Preparamos, pois, o paiz a todos os respeitois para que nossos fillos possam ser felizes, embora o trabalho actual não nos aproveite a nós.

Preparar o futuro não é mover questões politicas inuteis cuja discussão exalta as paixões e torra os cidadãos inimigos uns dos outros.

Na minha humilde *politica*, preparar o paiz é aproveitar todas estas riquezas naturaes com que Deus o dotou e que nós abandonamos para tractar de theorias vãs e de sophismas.

O Instituto agricola.

Desejo vivamente que o estabelecimento assim denominado vingue e torne-se tão util quanto poder ser so o orga-
ganisarem bem.

Permitem, portanto, que eu concorra ao menos com a minha boa vontade para tão importante objecto.

Debate-se, algum tempo ha, a questão de saber qual seja a localidade mais apropriada para o estabelecimento e o melhor modo de effectua-lo.

Empenham-se no bom exito dessa empreza, tão generosamente patrocinada por S. M. o Imperador, illustres e

esclarecidos cidadãos que, animados de puro zelo do bem publico, esperam com razão melhorar assim praticamente a nossa lavoura.

Porém, entre nós infelizmente tudo para em discussão que tudo mata, porque a palavra quasi sempre é flôr que não dá fructo principalmente quando se tracta do *positivo*.

Presumo eu que o Jardim Botânico propriamente dito não é o sitio mais apropriado para o Instituto agricola.

A tal fim mais conviriam os terrenos adjacentes occupados por arrendatarios, os quaes terrenos offerecendo diferentes taboleiros facilitam tambem diversas ordens de cultura e tornam-se accessiveis as aguas que lhes vem superiores.

E, por Deus, desenguem-se de que a discussão dever ter logar á vista do terreno e não longe d'elle.

A meu ver o logar preferivel a todos é a *quinta do Macaco*.

Ali ha agua, o terreno precisa apenas de que o beneficiem pelo systema de drenagem.

Já essas condições são mui attendiveis. Acresce a ellas a facilidade de estar sob as vistas imperiaes, e digo isto porque só no imperador tenho actualmente fé.

Mas, antes da tudo, proceda-se á medição, ao levantamento da planla e disoorram depois á vista desses dados topographicos.

So o não fizerem assim perderão tempo inutilmente que é o que por mal nosso nos succede continuamente.

As carnes verdes.

Na estação em que actualmente nos achamos o gado é sujeito a certa moléstia que torna a carne mortifica a quem com ella se alimenta.

A moléstia vem a ser uma *enterite aguda* que malaria o animal ao nono dia se o não cortassem para uso do publico durante o desenvolvimento da moléstia !

Da serra da Mantiqueira para cá, o gado que vem para a corte, no açougue publico desta capital já não encontra pastos nem descanso.

Percorre elle grandes distancias sempre exposto ao sol ardentissimo e sorvendo constantemente pó espesso e quente.

Chegado aqui encerram-no em curraes, confinada a sor queimado pelo sol e affligido pela sede.

E' evidente que a carne do animaes assim moléstados não possui as condições necessarias á alimentação humana.

Succede frequentemente que o boi, em consequencia desses *tormentos*, é accommettido de paralytia de certos órgãos digestivos.

A paralytia impede que os alimentos passem da *pansa* ao *burrito* e formem ali o bolo alimentar que ha de vir á boca, ser ruminado e transmitido ao *folhazo* e ao *coagulator*, seguindo dali pelo resto do *apparelho* digestivo.

Ao quarto dia o animal tomado desta doença mostra-se cabisbaixo, triste, pesado no andar, ericado o pelo, tem

grande sede, so achta agua bebo-a com excesso o conserva-se nella e mesmo em lama.

A carne do boi febril conhece-se mui facilmente pelo sangue infiltrado e coagulado nos tecidos fibrosos embora a assem ou cosinhem. Se a cosinharem dará caldo escuro e sanguinolento.

E' claro que esta carne produz febres perniciosas mortíferas que resistem a todos os recursos medicos.

A' vista disso, é prudente na estação actual, saturar a carne fresca de tanto limão quanto seja compativel com as condições da nossa membrana mucosa.

Importa muito á saúde publica que as autoridades incumbidas da direcção deste serviço inspeccionem com grande cuidado os animaes destinados ao corte.

Não permitam que se corte o animal que cessa de ruminar e cujas apparencias indicam enfermidade. Além das moléstias denunciadas pelos symptomas de que já fiz menção, note-se que a excessiva magreza coincide quasi sempre com a tísica, com o carbunculo ou com a gáfeira.

Os que duvidarem das minhas esserções podem verificar-las por meio da experiencia que passo a indicar.

De tres bois que não ruminem mate-se um ao quarto ou quinto dia da moléstia, outro ao sétimo, e deixem o terceiro morrer por effeito da enfermidade.

Foia a autopsia em cada um delles, a comparação mostrará que o terceiro tem os intestinos delgados de viva cor de rosa, os grossos intestinos roxos escuros, os rins em dissolução, o fígado excessivamente volumoso, os pulmões injectados de sangue espumoso, o coração enorme, e a

membrana mucosa dos intestinos despegada dellos em fragmentos pequenos com apparencia do terem sido cosidos.

Oxalá que estas informações produzam a utilidade que dellas se pode tirar em beneficio publico.

Não será paradoxo o asseverar que grande parte das molestias que tão continuamente reinam aqui na nossa capital procede do máo estado em que se acham as carnes verdes expostas á venda para consumo publico.

A cidade de ouro.

Não é tam destituído de fundamento, como á primeira vista nos parece, o procedimento do caboco que quebra a panela, depois de comer.

E' um acto eminentemente christão o revelador daquella fé viva recommendada pela biblia quando nos diz: —*não cuidas do dia de amanhã.*

Naquella pantomima do caboco, que tam extranha nos parece, está symbolisada a doutrina dos frades da *providencia divina*.

Deus cria as suas creaturas, desde o verme até ao mais poderoso dos estados, que é um ente colectivo!

E' elle o melhor dos paes, dos reis, dos estadistas.

Quereis um exemplo da veracidade desta asserção? Contemplem o que fomos e o que somos.

Vereis dessa comparação que o ministro inglez foi o instrumento da divina providencia para nos regenerar.

Nunca cuidamos do dia de amanhã e essa incuria tam

biblica e christã nos elevou ao apogeo a que chegamos na ordem das nações.

A indifferença succeden o patriotismo; á inercia a actividade; á extravagancia o bom senso; e os effeitos desta completa mudança ali se manifestam na politica, na administração, em todos os ramos do serviço publico.

Na politica, por exemplo, predominam os principios, não as paixões; sacrifica-se a conveniencia á verdade, o estado é tudo, o individuo não é nada; em vez do interesse reina o patriotismo. Neste ponto estamos muito acima da antiga Roma, porque se Bruto decapitava os fillos pela herbedade da patria, nós os sacrificamos a essa terrivel galábitulhada *empregos publicos*....

Quanto á administração, não ha senão que admirar tanto o pessoal como o material. Probidade, intelligencia, actividade, o principalmente imparcialidade e experiencia são, em regra geral, os predicaados de todos os cidadãos escolhidos para os logares publicos de todas as ordens. Pelo que respeta ao movimento do serviço, o censor o mais severo nada terá que notar contra a regularidade, a promptidão, o methodo, a economia, e até a urbanidade com que são desempenhados os empregos.

Dizei-me qual é o cidadão que, indo a uma repartição publica, não é recebido urbanamente e servido como devo ser, com economia de tempo e de dinheiro? Neste ponto tornou-se proverbial a peritção do nosso serviço publico, que ja pode servir de modelo ás primicias nações da Europa. Pais aqui nesta terra, ja alguém perdeu dias, ou mesmo horas, em alguma repartição, ou foi tratado grossamente por chefes de secção, amanuenses e porteiros? O nosso exercito e armada estão completos e admira-

velmente organizados a todos os respeitos. Estamos em termos de manter dignamente a nossa soberania tanto por mar como por terra.

O nosso militar é o *typo* da disciplina, e o ideal de todas as vantagens e consideração que deve ter o que tem por especial obrigação morrer pela patria.

Temos despendido o continuamos a despendar grossos milhões com este importantissimo ramo do serviço nacional, mas ao menos, graças a Deus, a despeza lus. porque os nossos arsenaes estão providos de tudo o que nos é necessario, tudo do melhor, por pouco preço e em tal fatura que até podemos exportar o que nos sobra.

As nossas fortalezas esperam o inimigo para servilhes de sepultura, porque tam perfeitamente montadas se acham que até são caídas.

Em que parte do mundo é a justiça administrada ao cidadão, mais prompta, mais exacta, mais economicamente do que aqui?

Em qual estado os magistrados tem tantas condições de bem estar, de independencia, de consideração quantas as que são alcançadas aos nossos? Se não fossem estas vantagens não seriam elles tam respeitaveis e justos e probos como são.

E' admiravel a legislação a respeito da advocacia, pelo acerto o efficacia com que extinguiu a raça fatal dos *re-buldas* e constituiu a corporação dos verdadeiros advogados em termos taes, que o cidadão não pode ser victima da chicana, nem da cubice e ma fé.

A organização ecclesiastica é tam bem concebida e executada, que, a todos os respeitos, o nosso clero pode

servir de exemplo, e principalmente quanto á moralidade. Tambem não podia deixar de ser assim, á vista dos meios subministrados pelo paiz a esta classe respeitavel.

A constituição politica do imperio promette a organização regular da instrucção publica, e a sua promessa tem sido completa e pontualmente cumprida. E' para admirar o plano com que se acha organizado este ramo do serviço publico. O estado distribue pela mocidade o ensino com muito systema. Não é permitido a qualquer pedante ou especulador abrir um collegio para ganhar vintens a troco das doutrinas vieiosas que implanta no animo da mocidade. Se ha paiz onde o ensino publico se ache a todos os respeito, bem organizado, é o nosso, graças a Deus!

E' realmente espantoso o progresso que entre nós tem feito a hygiene publica! Para convencermo-nos desta verdade, basta notar a limpeza das ruas e praças! Consta-nos que alguns governos estrangeiros tem ja imitado os estabelecimentos e providencias que neste ramo adminiram em nossa terra, principalmente pelo que respecta á alimentação publica. Devo-se ao acerto com que se cuida da hygiene publica o estado sanitario do paiz, onde não reina a peste, nem epidemia alguma, de modo que os conitérios ornem-se quasi desnecessarios.

Nenhum paiz no mundo tem menos proporções do que este para ter agua, e entretanto sorprende a todos a abundancia della. Cada casa pode ter tanta agua quanta queira e ainda sobra para inundar a capital so for preciso. E' admiravel a obra que se fez para trazer á cidade a agua dos rios que ficam a cinco e seis leguas distantes della.

O systema francez do encanamentos com todas as

condições necessarias para evitar a decomposição das aguas, foi excedido por nós em perfeição.

A proposito de aguas, não posso deixar de notar os quatro grandes lavadouros publicos mantidos por companhias nacionaes organisadas convenientemente.

Falta-me espaço para tractar circumstanciadamente da nossa organização municipal. A subeditoria e conveniencia dessa organização é demais a mais tornada proficua pela acertada escolha do pessoal. Cada vereador é um exemplo de actividade e de todas as qualidades que devem caracterisar os representantes do municipio.

Além de muitos beneficios feitos pela municipalidade, nota-se o admiravel regulamento para construcção dos edificios de modo que são attendidas todas as condições necessarias para tornar a cidade formosa e a habitação salubre. O modelo das casas que tem a particularidade de serem ventiladas de modo muito superior á ventilação praticada em Buenos-Ayres, é dado o troco de dez mil reis a cada proprietario que desceja edificar, o restituindo depois á camara municipal.

São geralmente tam conhecidos os actos uteis das municipalidades entre nós, que prescindo de enumeral-os. Basta para tornar benemeritos os nossos vereadores da capital do imperio a efficacia com que nos livraram do terrivel flagello do pó que nos cegava e matava.

Para coroar a obra da nossa prosperidade e grandeza, o corpo legislativo creou um tributo especial e patriotico para a liquidação da divida nacional que nos tem presos nas garras de inimigos terriveis e poderosos dos quaes importa quanto antes libertar-nos.

Prohibiu ao mesmo tempo ao governo que contrahisse empréstimos o raticificasse tractados antes de serem publicados e discutidos.

Finalmente a auctoridade soberana do imperador reconhecida e definida pela constituição do imperio, tornou-se realidade e triumphou daquella grande *pulla* politica, poruntillam-me esta expressão, que diz que a verdade do systema constitucional exige que o rei reinie e não governe, isto é, que o soberano seja um *Zero* nil somente para augmentar até ao infinito o valor de cada unidade ministerial !

E digam-me em boa fé os declamadores se ha motivo para queixarmo-nos do *progresso* e para desconfiar daquelles que tanto bem nos fazem ?

Leitores do *Espectador*, aos que vos quizerem extraviar do caminho da ordem allegando-vos o mau estado das cousas publicas, respondei, parodiando o dito de um celebre romano, « vamos ao templo dar graças a Deus pela grandeza e prosperidade de que gozamos, o pedir-lhe todos os bens para os grandes estadistas nossos verdadeiros benfeitores que nos tem elevado ao grau de primeira nação do mundo ! »

Luz para uns e trevas para outros.

Vivemos em tempos bem singulares !

Hoje o patriotismo, ao contrario do que foi em outras eras, consiste em dar ao estrangeiro tudo o que é da nação.

Parece isto á primeira vista um paradoxo ou pelo menos uma exaggeração.

Mas reflecta-se o ver-se-ha que desde a educação da mocidade até aos ramos mais insignificantes do commercio, ja tudo está em mãos estranhas.

Pois ainda não estão satisfeitos os *humanitarios*, que assim se intitulam os membros da tal seita que tem por fim desnaturalisar-nos.

Queremos completar a obra, entregando tambem os nossos rios o até a nossa cabotagem aos mestres da civilisação.

Não se pode consumir esta diabolica empreza sem o concurso dos maus e dos demasiadamente innocentes.

O modo de obstar a esse concurso é desmascarar os primeiros para desengano dos segundos.

Importa, pois, demonstrar esta verdade, que tudo quanto lucra o estrangeiro perdemos nós; que tudo quanto elle deixar de ganhar ganharemos nós.

Não ha argumento mais claro nem mais convincente do que o dos algarismos.

A elles recorri para provar que nos convem manter e desenvolver a nossa marinha pelas vantagens enormissimas que dellas nos resultarão.

Leam com attenção esses algarismos.

Depois dessa leitura virão as explicações e desenvolvimentos necessarios.

Espero em Deus que, pouco a pouco, chegarei a convencer os bem intencionados e a confundir os maus.

Por isso puz por epigraphie a este artigo aquellas pala-

avras de S. Paulo aos Corinthios, porque effectivamente a luz que esclarece os bons torna-se breve em que se perdem os maus.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EM NAVIOS BRASILEIROS.

3,000 navios de 30 toneladas, 900,000 toneladas, frete a 20\$	18,000:000\$
6,000 homens, capitães e pilotos, viagem redonda, a 200\$	1,200:000\$
Tripolação a 10 homens, 30\$ por 6 mezes, viagem redonda . . .	900:000\$
Importe da carga importada e exportada 120,000:000\$ a 1% de seguro ida e volta	1,200:000\$
Rancho para ida e volta a 2:000\$.	6,000:000\$
Frete da importação dos 3,000 navios com 900,000 toneladas de volta aos portos do Brazil, cada um a 4:000\$	12,000:000\$
Estaleiros com material, pessoal para a construção e conservação destes navios, 20,000 ganhavam cada um por mez 30\$	600:000\$
Custo destes navios, tam somente a madeira nacional a 15:000\$. .	45,000:000\$
Massame, pregame, cobre, ferro e obras de ferro e o laticio do paiz, cada um, incluindo polime, a 20\$. .	60,000:000\$
Destes 60,000:000\$ o thesouro lucrou os direitos de 30%	18,000:000\$
Seguro de 3,000 navios por anno, e no	

valor de 35,000 ₮ cada um, importam em 405,000:000 ₮ a 1 % . . .	4,050:000 ₮
3,000 apolices de seguro a 2 ₮ . . .	6:000 ₮
Sello ao thesouro	45:000 ₮
E' provavel que a carga seja de mais de um dono, e sim de quatro donos nas viagens annuaes; uns por outros temos 12,000 apolices a 2 ₮ . . .	24:000 ₮
Sello ao thesouro nacional do seguro dos cascos dos navios 105,000:000 ₮ , o 120,000:000 ₮ sommando estas duas quantias 225,000:000 ₮ incluidos nestas quantias o valor da exportação e importação provavel, porque na importação deve contar-se com lettras por saldo das remessas da exportação; de lucros e fretos vencidos nos portos dos destinos.	
Sendo 8 companhias de seguros a 3 directores (24) a 3:600 ₮ por anno .	86:400 ₮
8 guarda-livros a 4:000 ₮	32:000 ₮
2 caixeiros de escriptorio (16) a 2:400 ₮	38:400 ₮
1,000 donos proprietarios dos ditos navios, é provavel que 800 sejam casados e com 2 fillos cada um, sendo familia de 4 pessoas, por 800 rs. 3:200, o sendo 1,600 fillos que devem receber educação, por isso sua despesa vai alimentar e dar lucro aos professores.	

1,000 proprietarios devem occupar mil casas para escriptorios e armazens, calculados a 300 ₮ cada um, são 3,000:000 ₮ , a 20 % do imposto sobre o aluguel, pagam ao thesouro .	600:000 ₮
Devem ter 1,000 guarda-livros a 4:000 ₮	4,000:000 ₮
Idem 2 caixeiros de escripta (2,000) a 2:400 ₮	4,800:000 ₮
Devem ter para expediente da alfandega, armazens, cobrança de fretes, embarque e desembarque dos objectos do commercio, 3 cada um, são 3,000, a 800 ₮	2,400:000 ₮

Resumo do que contem esta nota das quantias que ficam no paiz e o pessoal que alimentam o quanto pagam ao thesouro nacional.

<i>Aos propriet. dos nav. Ao thesouro nacional.</i>	
Importe do frete de exportação, 900,000 a 20 ₮	18,000:000 ₮
Idem do frete de importação a 4:000 ₮	12,000:000 ₮
Seguro da carga do importação o exportação, a 1 %, 120,000:000 ₮ , o seguro dos ditos navios	2,250:000 ₮
Importe das apolices	

Aos propriet. das nav. Ao thesouro nac.

de seguro (15,000)	
a 2%	30:000\$
Importe do sello ao thesouro nacional, de todos os seguros, a 1%	45:000\$
Direitos das materias primas importadas para o fabrico dos navios	18,000:000\$
Imposto de 20% de 1,000 casas dos proprietarios . .	600:000\$
Importe dos direitos de saúde e entrada pessoal no Brazil .	22,200:000\$
3,000 navios, trinta mil marinheiros, viagem-re-donda. . .	900:000\$
6,000 pilotos e capitães a 200\$	1,200:000\$
20,000 carpinteiros e calafates dos estaleiros. . .	600:000\$
24 directores das com-	

Aos propriet. das nav. Ao thesouro nac.

panhias de seguros	86:000\$
8 guarda-livros 16 caixeiros. .	32:000\$
16 caixeiros. . .	38:400\$
4,000 guarda-livros	4,000:000\$
2,000 caixeiros. .	4,800:000\$
3,000 ditos para expediente. .	2,400:000\$
4,000 proprietarios e familias.	
66,048	
Lucros liquidos pro- prios de todos os negocios	50,000:000\$
	96,336:400\$
	40,845:000\$
Corte da madeira para a construção de 3,000 navios (1,000 homens).	
4,000 embarcações de cabotagem.	
Tripulação a 5 homens são 5,000 homens.	
6,000 homens a 1\$500 por dia im- portam 6 mezes em	270:000\$
Frete das embarcações a 800\$. .	800:000\$
	1,070:000\$
10	

6,000 tripulação e certo de ma-
deira.

30,000 tripulação dos 3,000 navios.
20,000 carpinteiros e calafates dos
estaleiros e pelo menos
metade casados e uns por
outros a 2 filhos.

28,000 homens.

28,000 mulheres e filhos.

412,000

Além disto deve haver 400
casas estabelecidas em
paizes estrangeiros para
lraclarem dos navios e
cargas e remessas para o
Brazil, a 3 caixeiros bra-
zileiros.

300 caixeiros.

400 chefes. E' provavel que 50
sejam casados e com um
filho uns por outros.

50 mulheres.

50 filhos.

412,500

Na quantia dos seguros os premios de
tem a deduzir para pagar sinistros e
despezas

2,250:000

1,687:500

562:500

Liquido para dividir pelos socios . .
A Inglaterra com 30,000 navios e mul-

uplicando nós esta nota por dez, te-
remos um pessoal de 1,125,000
homens.

Ireles, seguros e valores 1,402,500:000
22,500:000 do seguros, sendo 3/4
para sinistros e despesas, fica liquido
para dividir 5,625:000

Considerações relativas á verdadeira força das nações.

Podemos dizer, sem exaggeração, que o *organismo* dos
povos estabelecidos ali por todo o littoral do mundo é feito
por negociantes britannicos.

O instrumento dessa prodigiosa obra é a marinha mer-
cante da Grã-Bretanha e é tambem o grande pessoal do
meio milhão de homens distribuidos e *empregados* em todos
os paizes da terra!

Quem, portanto, promove o desenvolvimento do grande
poder britannico é o commercio maritimo do reino-unido.

Outro tanto podemos dizer dos Estados-Unidos da
America do Norte, cujos productos agricolas e industrias
são levados a toda a parte por vinte e cinco mil navios mer-
cantes daquella poderosa republica.

Temos a contra-prova destas asserções na Russia que,
por assim dizer, está escautelada nos recessos do norte por
falta de marinha mercante que ponha os seus negociantes
em contacto com os dos outros paizes e transporte os pro-
ductos nacionaes á mercados convenientes.

Tambem o Brazil deveu ouvir ora á sua hoje defuncta marinha mercante, que viveu antes dos *tractados* e falleceu em consequencia delles, o desenvolvimento da sua agricultura o de diversas industrias que já tivemos.

Isto conhece melhor do que nós o correspondente do *Jornal do Commercio*, em Londres, o qual em 11 de Agosto de 1862 applaudia a idéa de entregar-se ao estrangeiro não só a navegação dos nossos rios, como tambem a mesquinha cabotagem.

E porque applaudia essa idéa? Porque sabe que assim nos feria de morte, paralyzando o nervo principal dos movimentos de um paiz que tem grande costa, muitos portos e grandes elementos para a construcção naval.

E' evidente que a marinha mercante, além das vantagens directas que dá por meio da importação e exportação, proporciona tambem occasião de empregar proveitosamente grandissimo numero de fillos do paiz.

Essa marinha occupa e mantém negociantes, caixeiros, capitães, sobrecargas, pilotos, marheiros, carpinteiros, calafates e outros artefices.

Deve-se, além disto, metter em conta os fretes e seguros e outros lucros que ficam no paiz.

Ora todas essas vantagens e lucros resultantes da marinha mercante perde o Brazil por falta della.

Na grande importação e exportação dos productos brasileiros o Brazil não tira para si um centil de fretes, nem de seguros, nem de empregados seus nacionaes!

Dahi procede o excessivo numero de homens que se entregam á perigosa leitura dos falsos economistas e especulam com as damnosas theorias da politica.

Note-se que a raça latina na America está por este motivo condemnada a destruir-se nas guerras civis, originadas da politica, vindo os estrangeiros vender-lhe os mortiferos instrumentos dessa destruição.

A sorte de Israel, Baixo-imperio, Polonia, Hungria, Italia, Turquia e Mexico é tambem commum a todos os estranhos que, tendo portos e productos, não tem marinha mercante propria para os exportar.

Essa sorte ha de, portanto, vir a ser tambem a do Brazil se não se convencerem a tempo da existencia do mal que nos consome e da necessidade de acudir-lhe quanto antes com o remedio conveniente.

O que se póde esperar do futuro de um paiz que profere as escolhas de direito ás de physica e chimica com applicação ás necessidades principaes do estado?

Em tal paiz, escrevem-se lindos artigos, pronunciam-se sonoros discursos, maneja-se com habilitade o sophisma, porém, faltam até as vassouras para varrer a casa e compram-nas ao estrangeiro, que á lreco dellas nos leva o ouro.

De todas estas considerações nasceu o calculo que fiz a respeito do lucro que nos daria a importação e exportação se fôsso feita em navios mercantes nacionaes.

Esse calculo foi já publicado no n. 35 do *Espectador da America do Sul*.

A leitura das reflexões contidas neste, preparará os leitores do *Espectador* para entenderem a explicação das cifras daquelle calculo que serão brevemente explicadas por nós.

Explicação.

No n. 35 do *Espectador da America do Sul* demonstramos o enormissimo interesse que o paiz poderia tirar de uma boa marinha mercante.

A nossa demonstração tomou por base a existencia de *tres mil navios*.

A hypothese não é exaggerada, porque, em melhores tempos, já o Brazil possuia uma marinha mercante *muito mais numerosa*.

O nosso fim foi demonstrar que, feita a importação e exportação por meio daquelles tres mil vasos nacionaes, o movimento dos valores montava a UM MILLAR QUATROCENTOS E DOUS MIL E QUINHENTOS CONTOS, ficando desta somma um lucro liquido para dividir dentro no paiz, de CINCO MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO CONTOS, em cada um anno.

Tivemos tambem em vista provar, e cremos haver provado, que a existencia daquelles tres mil navios dava pão a CIENTO E SETENTA E OITO MIL, QUATROCENTAS E QUARENTA E OITO MIL pessoas, contando desde os mais ricos proprietarios e suas familias até aos mais infimos trabalhadores e tambem suas familias.

Provámos que ao thesouro publico locavam QUARENTA MIL, OITOCENTOS QUARENTA E CINCO CONTOS a titulo de diversos direitos.

Ora, provadas todas essas asserções, a consequencia dellas é que, não tendo nós a marinha mercante que já tivemos, deixamos de lucrar todos esses enormes beneficios que ella nos produzia e que leviara augmentado na razão directa do augmento que ella livessa.

o estrangeiro, pois, embolia todas essas avultadissimas quantias que nós perdemos; e torna-se assim palpavel o motivo dos esforços por elle feitos para que não tenhamos marinha e nos sirvamos da sua.

As vantagens de que acabamos de tractar são, de certo, assaz grossas para que se reconheça a utilidade da marinha mercante.

Accresce, entretanto, á essas uma outra especialissima, e de muita importancia nas condições em que se acha o Brazil.

A colonisação do paiz não pôde ser feita com efficacia e proveito senão por meio de navios mercantes do proprio paiz que necessita de colonos.

Podemos dizer, sem receio algum de commetter paradoxo, que a marinha mercante é a *verdadeira estrada da colonisação*.

Por essa *estrada* transitaram e transitam os emigrantes que tem povoado todos os recantos dos Estados-Unidos da America do Norte.

A nós se malogra a colonisação porque não temos essa *estrada*.

E' facil de conceber que a emigração da Europa para o Brazil seria facil se a nossa bandeira, em vez de apparecer naquella parte do mundo como raro cometa, fosse ali frequentemente vista, conhecida e respeitada.

A existencia de casas commerciaes brasileiras nos diversos paizes europaeus inspiraria aos emigrantes, e aos seus parentes, toda a confiança indispensavel para que se facillasssem todas as transações relativas á emigração e esta seria então numerosa e proficua.

Achamento somos contrariados neste grande interesse pela falta de marinha mercante, ficando assim á mercê de estrangeiros, dos quaes dependemos neste e em outros paizes, as nossas primeiras conveniencias nacionaes.

Oxalá que estas breves reflexões, que opportunamente serão desenvolvidas, possam destruir a illusão dos incautos e estimular os brios dos nossos homens de estado, para que renasça a nossa marinha mercante, em vez de soffrer o derradeiro e fatal golpe que lhe preparam os humanitarios!

Idéas nacionaes.

Os estados, bem como os individuos, não podem fazer idéa exacta do que são sóno comparando-se com o que foram.

A *experiencia* dos homens de estado, que é *indispensavel* para que estes dirijam bem o *presente* e preparem o *futuro*, não é mais nem menos do que o conhecimento das *causas* que produziram o *bem* o o *mal* nos tempos *passados*.

A vida do Brasil, como paiz civilisado, abrange, pelo menos, tres grandes periodos que devem ser estudados separadamente.

O primeiro é o periodo propriamente colonial.

O segundo é o periodo do reino unido, que deve ser contado desde a chegada do el-rei ao Rio de Janeiro até o seu regresso a Lisboa.

O terceiro é o periodo do imperio.

Em cada um daquelles dous primeiros periodos pas-

sam-se factos importantes na ordem administrativa em geral e especialmente naquella parte que é communmente designada com o titulo de *economia politica*.

Quero dizer que esses factos influiram directa, mas diversamente, sobre as fontes da riqueza publica.

No fim do periodo colonial as forcas productivas do paiz, sabiamente protegidas e convenientemente desenvolvidas e animadas, achavam-se em progressiva efficacia.

No fim do segundo periodo, isto é, á retirada do el-rei para Lisboa, estavam ellas paralyzadas.

Estas asserções, aparentemente incriveis, são entretanto fundadas em factos geralmente ignorados, mas que foram presenciados por contemporaneos da geração em que elles se passaram e que ainda vivem entre nós.

Infelizmente os homens publicos dos nossos tempos vão buscar o seu ponto de partida, para o juizo comparativo do passado com o presente, nos derradeiros factos do periodo do reino-unido.

Acham ali a decadencia e paralyisa de todas as nossas forcas productivas e, fascinados por essa comparação erronea, tomam por progresso relativo alguns insignificantes melhoramentos transitorios da época actual.

Se, por exemplo, em um só ramo, isto é, a marinha mercante, comparassem o imperio com a colonia, reconheceriam que nos achamos em verdadeira decadencia.

O desenganho neste ponto não traria comsigo sómente a vanagem de tornar evidente a necessidade de effectuar o verdadeiro progresso.

A sua principal consequencia seria a certeza de que

as theorias economicas *estrangeiras* nos são falaes e que devemos seguir a pratica dos nossos antepassados.

Importa por consequencia chamar a attenção dos nossos administradores e legisladores para a observação daquelles tempos em que era tão notavel o desenvolvimento do nosso commercio e industria.

Para principiar o estudo dos factos principaes daquelles tempos, tomarei a liberdade de lembrar quanto conviria ajuntar os seguintes dados como base das investigações a que se deve proceder.

A repartição onde se acham as matriculas e despachos maritimos deve conter preciosissimos dados.

As pesquisas ali feitas por ordem do governo deveriam ter por fim organisar um quadro demonstrativo dos navios brasileiros de longo curso, indicando de cada um o nome, qualidade, tonelagem, tripulação e proprietario. Esta demonstração deve abranger dous periodos, a saber, de 1805 a 1815 e de 1820 a 1827.

Em outro quadro sejam feitas as mesmas explicações a respeito dos navios de cabotagem em todos os portos do imperio.

Este trabalho deve ser completado por um terceiro quadro no qual se mencionem os calafates e carpinteiros matriculados e empregados em cada um dos portos do imperio, e bem assim os estaleiros particulares não matriculados existentes na capitania de cada porto, com os nomes dos respectivos operarios.

O thesouro nacional, a repartição dos dizimos e trapiches dos portos podem subministrar os seguintes dados.

Convem extrahir dessas origens uma estatistica de todos os productos nacionaes exportados desde 1808 a 1815 e de 1820 a 1827.

Tambem da casa da moeda deve extrahir-se um balanço exacto das quantias a que montam o ouro e prata ali cunhados nos mesmos periodos já indicados, com declaração dos proprietarios.

Da casa de fundição, no Ouro-Preto, convem extrahir outro balanço exacto do valor de todo o ouro fundido, sendo o balanço concebido com as mesmas condições da casa da moeda.

Lembrarei tambem a conveniencia de verificar o numero de navios que o governo tem mandado fazer fora do paiz e o importe de todas as despesas feitas.

Não me parece inutil acrescentar ao que tenho dito estas outras indicações cujo fim é o mesmo das que acabei de fazer.

E' util sobermos com exactidão todos os objectos comprados pelo governo imperial fora do imperio e o seu custo postos no paiz.

Esta pesquisa deve abranger a casa imperial, afim de verificar-se o importe das despesas feitas pela mordenia com productos que o paiz pode fornecer.

Pelas repartições respectivas apure-se tambem uma conta exacta das despesas de commissões, correlagem etc., causadas pelos emprestimos contrahidos pelo governo imperial em praças estrangeiras.

Esta conta não será completa se não demonstrar tambem estes dous outros pontos.

Qual é a importancia das commissões quo o governo

tem pago aos diversos agentes brasileiros em Londres, por occasião de incumbencias dadas pelos nossos ministerios ?

Rual é a importância total dos juros pagos pelo Brasil or empresimos contrahidos fora do imperio ?

Todas estas informações, que á primeira vista podem parecer incongruentes entre si, formam contudo um systema de noções indispensaveis á descoberta, demonstração e applicação das verdades que nos podem dar a luz de que necessitamos para sabirmos do *crepusculo* perigoso em que nos mantem as theorias estrangeiras.

Julgo desnecessario explicar a ligação e congruencia que reinam em cada um dos pontos que indico e o fim que me proponho.

Mas parece-me conveniente pôr em relevo todas as differenças que ha entre os tres periodos em que dividi a nossa existencia social. Oportunamente tralarei essa tarefa.

O que a *colonia* fez sem estrangeiros porque o não poderá fazer o *imperio*?

A nossa independencia politica tinha por fim tornar-nos feudatarios do commercio e industria estrangeira ?

Conveniencias Publicas.

Ocorre-me a conveniencia de addicionar as idéas que suggerir no meu artigo antecedente a este, algumas outras que me parecem convenientes no fim com que o escrevi.

Nó, em regra geral, imitamos o estrangeiro em cousas que, se não nos são prejudiciaes, são quasi sempre inúteis.

Imitemo lo alguma vez tambem naquillo em que a imitação nos pode ser proveitosa.

A Grã-Bretanha nos dá um exemplo útil na publicação do seu *livro azul*.

Publique tambem o governo imperial, cada anno impreterivelmente um volume especial, além do relatorio, do ministro dos negocios estrangeiros, contendo todos os tratados e convenções e outros actos celebrados com governos estrangeiros, e bem assim toda a correspondencia diplomatica da repartição dos negocios estrangeiros com as nossas legações e com as estrangeiras.

Seja esse volume distribuido pelos Srs. deputados e senadores e, ao mesmo tempo, dê-se-lhe a publicidade necessaria para que o publico tenha conhecimento delle.

Não vejo qual seja a objecção seria que possam oppor a similhante publicidade em um paiz regido pelo governo constitucional representativo onde, segundo a natureza das instituições, todos os negocios do estado devem ser discutidos em publico.

So nisto houvesse alguma inconveniencia, o governo britannico, que é innegavelmente o mais pratico dos governos e que como tal sabe avaliar as suas conveniencias, não faria o *livro azul*.

Esta medida deve ser decretada pela assemblea geral com todas as condições necessarias para que se torne efectiva a sua execução, e não seja illudido na pratica o fim que se tem em vista, como mais de uma vez tem acontecido, porque entre nós o genio do mal, que parece ser o *padroeiro* desta infeliz terra, quando não pode obstar os actos uteis, vicia-os na execução, de modo que os inutiliza.

meios que nos possam ser proficuos para realizar essa condição essencial da nossa vida nacional.

Ora um dos meios pelos quaes podemos attingir esse fim, é incontestavelmente o *conhecimento do nosso paiz*.

Na minha humilde opinião, conhecer o paiz não é saber somente as condições geographicas taes quaes no-las pintam os livros escriptos na Europa.

Não é tão pouco estar ao facto do numero do collegios electoraes, e das influencias politicas que temos nas vinte provincias do imperio.

Não é enfim conhecer as leis bem ou mal feitas pelos legisladores geraes e provinciaes para *remediar* as urgentes necessidades do momento.

Conhecer o paiz é ter idéa exacta de todas as suas necessidades e de todos os recursos que elle em si tem para satisfaze-las, e saber applicar todos os meios convenientes para utilizar esses recursos.

Em um estado novo, como é o nosso, onde tudo está por fazer, onde tudo difficulta as pesquisas indispensaveis a que temos de proceder, importa antes de tudo engunhar o modo de facilita-las tanto quanto for possivel.

Conviria, pois, que puzessemos em contribuição, para o bem geral, a actividade e experiencia de todos os cidadãos, ou ao menos do maior numero delles.

Organisar-se-hia assim uma especie de ensino mutuo ou permuta de conhecimentos uteis, do qual resultaria, com certeza, a formação do um corpo de noticias relativa a todos os ramos necessarios ao desenvolvimento do paiz.

Todas as classes da sociedade podem concorrer para este fim, dando cada pessoa as informações que puder dar

ainda mesmo sobre os pontos que mais insignificantes pareçam.

E' claro que esta contribuição de idéas e factos não poderia produzir os desejados effeitos senão fôsse de algum modo reduzida a systema.

Quanto a mim, esta condição seria mui facil de realisar-se.

Eis aqui como imagino o modo de effectua-la.

Organize-se uma academia, sociedade, instituto ou como queira denominar essa reunião de cidadãos.

Esse instituto seria dividido em tantas classes quantos fossem os ramos em que conviesse colligir informações, que são todos aquelles que constituem o complexo perfeito de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do estado em todos os sentidos.

Cada uma das classes desso instituto receberia o socilhetaria de todos os cidadãos as informações relativas aos objectos do seu respectivo ramo.

Recebidas as informações, seriam estas convenientemente coordenadas em memorias escriptas com methodo e concisão.

Estas memorias seriam impressas e vulgarisadas do modo que parecesse mais conveniente.

Não me pareceo necessario demorar-me em demonstrar a grande conveniencia do similhante instituto.

O bom senso nos ensina as vantagens que resultariam da divulgação do um corpo de conhecimentos uteis tão complexo e tão relativos ao paiz.

Os philosophos disseram ao homem *nosce te ipsum*, ensinando-nos assim que o principal e o mais proveitoso

de todos os conhecimentos humanos é conhecemo-nos cada um de nós a nossa própria organização física e qualidades moraes.

O mesmo podemos dizer a respeito dos estados. A primeira conveniencia de uma nação é conhecer-se a si mesma a todos os respeito.

Nós não nos conhecemos, porque não conhecemos o nosso paiz; tratemos, portanto, de adquirir esse conhecimento indispensavel.

Emquanto os meus concidadãos, convidados por meio destas simples considerações, reflectem na importancia do assumpto que as molhou, tratarei de desenvolvê-las e, se me for possível, procurarei formular de modo mais positivo as idéas que me occorrem a tal respeito.

A prodigalidade.

A prodigalidade é vicio reprovado e punido pela propria natureza.

Na organização animal deu-nos ella o primeiro exemplo da punição deste vicio, pois que o homem que prodigalisa as suas forças invalida-se e anticipa a morte.

Na vida social, a legislação protege as familias da prodigalidade de seus membros, considerando como dementes, e portanto incapazes de administrarem os seus bens, aquelles que os dissipam de modo escandaloso. Neste caso dá a lei curador ao prodigo reconhecido.

A nação é uma grande familia cujo chefe é o governo ou essa entidade moral complexa formada pelos poderes publicos do estado.

O dever desse chefe da familia nacional é administrar os bens publicos de modo que nada dellas se prodigalise o as menores parcelas possiveis sejam utilizadas sómente pelos membros da nação.

Se, a titulo de promover o bem nacional, os poderes publicos do estado applicam, sob qualquer forma que seja, a riqueza publica em beneficio de nações estrangeiras, ou mesmo de particulares estranhos á nação, commettam uma prodigalidade criminosa e punivel.

E' sem duvida nenhuma, prodigalisar os dinheiros publicos instituir subvenções pecuniarias em favor de companhias de navegação estrangeiras, quando a navegação nacional deilha por falta de appar.

São igualmente prodigalidades criminosas e puniveis todas e quaesquer medidas puramente administrativas ou legislativas que tenham por fim directo, ou indirecto, animar a industria estrangeira com prejuizo da nacional.

Orá estos administradores *prodigos* da fazenda publica não são menos perigosos do que os dissipadores dos bens das familias.

Se estos são objecto da acção providente das leis, porque não se darão tambem a respeito daquellas as providencias necessarias para evitar as consequências do seu procedimento dissipador ?

A sorte do estado será menos digna de attenção do que a dos particulares ?

Nomea-se um curador para o cidadão que não é capaz de administrar os seus bens.

Nomea-se tambem um fiscal, ou como melhor o queiram chamar, que preencha a respeito dos poderes publicos

os mesmos deveres, pouco mais ou menos, dos curadores particulares.

Talvez não fosse tão impraticavel como possa parecer a creação de uns censores publicos destinados a atingir o fim já declarado.

Em cada provincia funcionaria um desses censores, nomeados por votação do povo, sendo a sua duração temporaria e as suas attribuições convenientemente definidas.

É claro que essas attribuições deverão abranger todos os pontos relativos á administração publica.

Os censores deverão ser puniveis não só pelo que fizerem mal, como tambem pelo que deixarem de fazer de bem.

O estado deploravel em que se acha o imperio aggravase tanto e tão rapidamente que o mal cresce de hora para hora.

Não é necessaria grande penetração, nem faro de estadista para se reconhecer que a nossa sociedade já entrou nas primeiras condições de uma crise cuja solução pode vir a ser operada por influencia estrangeira e somente em beneficio de estrangeiros.

Tenemos tudo, em quanto é tempo, para evitar a catastrophe. O medico applica os seus remedios ao moribundo, ainda nos momentos da agonia.

Antes esforços de mais do que inercia e desanimo.

Memo de orphãos.

Seja-me permitido fazer uma observação, em beneficio daquelles a quem a má sorte privou dos cuidados e protecção paterna.

Fallo dos orphãos, a quem a sociedade, por meio de seus agencios officiaes, deve, em virtude das leis, todo o amparo que seja possivel para substituir os desvelos da familia, perdidos para aquelles desditosos innocentes.

A observação que me occorre fazer versa sobre os capitães pertencentes a orphãos.

Estes capitães, que estão depositados no thesouro publico, vencem ali, segundo me consta, o juro annual de seis por cento.

Isto quer dizer que vinte contos de réis, por exemplo no fim de vinte annos produzem quarenta e quatro contos de réis sómente.

Digo somente porque mais deveria produzir se o juro em vez de ser simples, como é, fosse composto, como devo ser.

Deste modo de calcular os juros daquello capital resulta para o orphão um prejuizo que se evitaria pela acumulação dos juros.

Diz-me-lão que o prejuizo não é avultado. Embora o não seja, importa evita-lo.

Seria absurdo suppor que o estado toma a si a protecção dos orphãos para prejudica-los, o prejuizo é certamente por os seus capitães em condições menos vantajosas do que podem e devem estar.

Os interesses desses pupilos que se acham sob a tutela da lei devem ser promovidos com a maior vantagem que for possivel dar-lhes.

Ora note-se que o juro simples que vencem os capitães dos orphãos, é uma verdadeira desigualdade a respeito da accumulacão semestral que se dá a todos os outros credores do thesouro publico.

E', portanto, justifica collocar-lhes nas mesmas circumstancias em que se acham estes, que aliás por si mesmos dirigem os seus negocios com experiencia do mundo.

Todas as vezes que o estado se encarrega de certos onus deve dar o exemplo do perfeito desempenho da obrigação contrahida.

Os particulares devem aprender dos poderes publicos a exactidão no cumprimento dos deveres.

A estas razões de pura conveniencia social acrescem outras de categoria differente.

Seria falta de caridade christã não comprehender o direito que entes fracos, desvalidos e destituídos de todos os prediçados para poderem intender em tudo o que lhes diz respeito, tem ao disvello daquelles que podem influir na sua sorte.

Não devem ficar como phrases vãs escriptas no livro dos christãos aquellas santas palavras de Jesus Christo a respeito dos meninos.

E a benevolencia, a caridade recommendada por essas palavras não podem ser mais propriamente applicadas do que aos meninos que perderam seus paes, ficando assim abandonados ás tristes alternativas do mundo.

Não se leve, pois, a mal que, movido por essa consideração, uso eu, em beneficio dos orphãos, fazer a observação que dá assumpto a este artigo.

Tenada em consideração a reclamação que faço, o

estado não ficará decerto prejudicado e empobrecido, segundo me parece, o seu dever.

Não é concebivel que a fortuna dos orphãos, em mãos do estado, permitam-me a metaphora, passe pelos mesmos inconvenientes que a lei quer evitar, estabelecendo util fiscalisação para que ella seja bem administrada.

Continuo a pensar que este e muitos outros assumptos são mais importantes e dignos de attenção, do que os debates vagos sobre formas de governo, organização de partidos e systemas de eleições.

So me engano, valha a pureza das intenções que me animam.

A crise Europeia.

Londres, 8 de Outubro.

Após uma semana de agitação e morbidez, o mercado financeiro tinha recobrado alguma calma, serenidade e confiança. A tromba das fallencias que abalara tão rudemente os alicerces da communhão commercial parecia ter terminado o seu cyclo de desastres, e uma vez vencida esta borrasca, as casas que mais soffreram poderiam reparar as avarias e atingir ás emenencias da prosperidade. Diferem muito as opiniões acerca do papel que desempenharam os directores do banco de Inglaterra nestas circumstancias; uns não se furtam de elogiá-los, outros dirigem-lhes as mais severas censuras. A elevação da taxa do desconto a 9% produziu o effeito de uma lamuria de dous córtices que separou as partes docentes e corruptas do corpo

commercial affectando outras, embora enfermas, suscetíveis de cura. Esta medida produziu conjunctamente bem e mal. Sem esta alta continua do preço do numerario, mais de uma casa que succumbia teria podido satisfazer os seus compromissos, e esperar a época de realização vantajosa, não causar nenhum prejuizo aos seus credores e até obter novos lucros.

A elevação da taxa do desconto produziu estes resultados: interrompeu as transacções, abaixou o preço das mercadorias exportadas ou prestes a serem exportadas e causou uma diminuição subita e arbitraria na riqueza publica.

Porém, pôde-se objectar, se é fleticio e convencional o valor dos productos em circulação não é mais prudente, mais racional reduzi-lo immediatamente ao seu preço intrinseco? Esta objecção pôde ser refutada facilmente, visto que então seria necessario, seguindo rigorosamente este systema, renunciar o uso papel fiduciario, das notas de banco que ainda tem menos valor intrinseco que o mais depreciado producto accumular nas docas publicas ou nos armazens particulares. Isto affroxamento forçado das matérias primas e dos productos fabris deixa um grande numero de victimas e só traz vantagens para os possuidores do capital.

Os velhos mestres da sciencia economica, os principes do banco, não entram nestas considerações; só é para elles o unico infallivel typo de valor que sempre alcança lucros. quer esteja a taxa do juro a 2 ou a 3, quer a 6 ou a 10 %, O fundo metallico é conjunctamente o ponto de apoio e a alavanca com que elles sustêm o mundo, o por isto o guardam com a vigilancia, com a severidade de implacaveis

relatores. Que se multiplicarem as guerras, que se tornem as ruínas que a industria do Lancashire recia no marasmo; que as praças de Londres, Liverpool, Manchester, Glasgow, Birmingham, Leel, Alexandria, Buenos-Ayres, Bombaim e Calcuttá resistam aos mais violentos embates da crise commercial, produzida pela deciso do conselho dos Dez, pouco lhes importa *at is right*; parou a exportação do metal precioso, o numerario retrocede rapidamente sob a pressão energica da bomba aspirante dos 9 %, e com o dinheiro volta-se a governar o mundo.

Tal é a theoria posta em pratica com implacavel rigor pelos membros do grande tribunal financeiro.

Se examinar-mos porém os offeitos geraes, pôde-se crer que a somma do bem que dahi resulta excede a somma do mal. E' com estes principios absolutos e implacaveis que o commercio inglez dilata cada dia a rede onde encerra todas as partes do mundo, que torna suas tributarias; é, graças a elles, que o nosso organento, apesar das numerosas despesas das repartições da guerra e da marinha, liquida-se cada anno com saldos que pertencem ao ministro da fazenda abater annualmente deus ou tres milhões esterlinos nos impostos; que os grandes proprietarios têm de pagar tributos meoas pesados, que as classes trabalhadoras consumindo o pão, a carne, o vinho, o assucar e a cerveja em abundancia podem comprar roupa mais quente, livros e jornaes mais baratos. E' o que permitto ao *Board of Trade* constatar que o quadro da exportação no mez findo em 30 de Setembro de 1864 apresenta um excesso de deus milhões esterlinos, o que o producto dos oito primeiros mezes do exercicio de 1864 é superior em vinte milhões

esterlinos ao producto do periodo correspondente do exercicio de 1863.

Tambem, longo de pensar quinta-feira em reduzir a taxa do juro, como já algumas pessoas esperavam, o conselho do banco mostrou-se mais disposto a ainda elevá-la se multiplicarem-se os pedidos de dinheiro, como succedeu sexta-feira. Por outro lado os sinistros rumores que renovaram-se no fim da semana, e os quaes a malevolencia não é talvez estranha, ácerca dos embarços de casca importantes, tem desanimado todos os compradores que haviam recobrado confiança, e o pedido de 102,000 libras esterlinas sobre o fundo metallico do banco já tinha causado um grande descontentamento. Os preços baixaram immediatamente. E nada mais era preciso para despertar a especie de panico, que já pesou com pernicioso influencia sobre o mercado inglez.

C. BARNES, correspondente da *Presse*.

Pariz, 10 de Outubro.

As preoccupações financeiras reúnem-se ás preoccupações politicas para darem razão aos que vão pela baixa. O mercado está profundamente affectado, é geral o deprimimento dos valores; a ultima liquidação foi das mais laboriosas, complicada por importantes entregas de títulos; só se realizaram transacciones sob clausulas onerosas, e desde então os vendedores ficaram senhores da situação.

São de facil defecção as causas desta morbidez; alludem umas á politica, as outras, mais graves, provém do estado financeiro.

A questão italiana, desportada bruscamente, inquieto

tem naturalmente os animos e os interesses, entroveando-se nella com a convenção de 15 de Setembro os interesses de alianças e geremens de dificuldades internacionaes em que a politica da França poderia ser envolvida.

Não indo porém tão longe nas hypotheses com quo a opinião preoccupa-se, basta a situação financeira para explicar a depreciação dos valores.

O mercado inglez mostra-se sempre preza de serios embarços; deram-se ali novos sinistros commerciaes, as transacções são difficéis; o dinheiro é raro e caro, e o banco do Londres, apesar de todas as suas medidas restrictivas, não logra reter o numerario em seus cofres nem augmentar a reserva de seus bilhetes. O ultimo balanço apresenta uma notavel diminuição no fundo metallico e na reserva do notas. Esperava-se esta manha que a taxa do desconto seria elevada de novo a 10 %; não verificou-se o facto, mas subsiste em todas as provisões.

Em França a reserva do banco soffreu tambem desde a ultima semana uma redução sensivel, e se a taxa do juro subisse em Londres seria difficil esperar que não succedesse o mesmo em Pariz.

Quando porém se comprehenderá a inefficacia dessas restrições que fazem soffrer o commercio sem garantirem os bancos? Em vão se alta o preço do dinheiro, o numerario obedece á lei superior das necessidades a que é mister fazer face, e nada pôde mantel-o capivo nos cofres do banco. Paga-se mais caro mas não se torna menos, visto que elle é o pão do commercio e da industria, e que antes do tudo, cumpre viver.

Eis a situação: nada serviria fugir com os olhos ao que nella ha de serio.

Unicamente o que excede a nossa razão é a questão de saber de onde vem a crise e para onde vai essa enorme somma de metaes preciosos que cada navio da America e da Australia traz cada dia para a Europa.

Não ha ninguém que não leia com attenção e curiosidade esses despatches telegraphicos publicados quotidianamente em todos os jornaes que dão tão minuciosa noticia de cada chegada de ouro e de prata. Conta-se por milhões e cada supprimento. Para onde vão, entretanto, onde se abysmam essas immensas vindas de todos os pontos do novo mundo e lançadas na circulação geral?

Acaba-se de publicar as tabellas do movimento dos metaes preciosos em França e em Inglaterra durante os primeiros oito mezes de 1864.

Neste periodo importaram-se em França 438,583,000 francos tanto em ouro como em prata, e em Inglaterra 453,303,700 francos, o que equivale a quasi um millhar entre os dous paizes.

A exportação subiu em França a 436,495,000 francos e em Inglaterra a 406,464,000 francos; de sorte que, longe de empobrecerem em metaes preciosos, ambos os Estados enriqueceram-se com um excesso da importação sobre a exportação, que para o primeiro é de 52 milhões e para o segundo de 78 milhões. Cumpre convir em que não é uma situação de crise.

Resulta, além disto, dos resultados do commercio geral que as nossas relações commerciaes com as diferentes nações durante os primeiros oito mezes de 1864 nos constituem credores de uma somma muito importante.

Com effeito a exportação de mercadorias francezas



123611

chega a 4,952,232,000 francos, entretanto que a importação de mercadorias estrangeiras apenas se eleva a 4,600,236,000 francos, o que vale dizer que nos é devida como saldo de nossa exportação uma somma de 351 milhões, que devo voltar-nos, quer seja em dinheiro ou em papel.

Não succede o mesmo na Inglaterra, onde a exportação neste periodo foi o valor da exportação 2,717,963,475 francos e o da importação 2,976,710,725 francos, isto é, a Inglaterra deve actualmente mais cerca de 259 milhões aos paizes importadores, ao passo que estes paizes nos devem mais de 350 milhões.

Vê-se, portanto, quanto a nossa situação commercial é superior á da Inglaterra, o que explica os embaraços palpantes no mercado inglez e a solidéz relativa do commercio francez.

Os receios quanto á França devem então ser muito menores do que os que mostram certos espiritos inquietos pelo que occorre além do estrieto. A balança do commercio geral pendee em nosso favor, ao passo que o seu saldo quanto á Inglaterra é favoravel aos estrangeiros, o logo que os nossos vizinhos têm que pagar pelo menos 259 milhões, o nós que receber mais do 350, ha certamente mais do preciso para compensar a exportação de numerario que se prevê para as compras de materias primas.

Estas considerações sérias, porém; estes factos dignos de reflexão, exercem pouca influencia na praça; nós o reconhecemos sinceramente: é o facto actual, a impressão do momento, que ali é omnipotente e decisivo.

(Ora, a presente disposição resume-se na hesitação na inquietação, e mesmo no desanimo; nada resultaria de

ir contra a corrente unanime da opinião; o mais racional é ser prudente; abster-se, observar e esperar uma reacção favoravel e melhor tempo.

D. POLIGNAIS.

(*La France.*)

(Do *Jornal do Commercio* n. 307 de 6 de Novembro de 1864.)

Buenos-Ayres, 22 de Novembro de 1864.

Princípio a escrever desta vez a minha correspondencia da quinzena com alguma anticipação. Preciso conversear um pouco com o meu paiz, dizer-lhe algumas verdades, despertar-o do sono em que jaz engolhado, e obrigal-o a recuar de uma situação fatal, que nos promette no futuro grandes desgostos.

Talvez considere minhas reflexões alguma cousa severas: talvez as attribuam a um pensamento hostil a este ou áquelle partido, a esta ou áquelle pessoa.

Entretanto não me anima semelhante idéa. Encaro os negocios com calma, sem prevenção. Não contemplo nelles senão uma cousa — a conveniencia do paiz. — A culpa é de todos; deriva da nossa educação civil; apoia-se nos hábitos da sociedade brazileira, e sanciona-se com a falta de espirito pratico que se observa na joven pleiade de administradores e legisladores do imperio, que dedica todo o seu talento, todos os seus esforços, todas as theorias que aprende em suas lides academicas á *vida militante da politica*, fóra da qual não ha acção nem movimento, não ha

harmonia, nem relação, nem estímulo. É a vida do febricitante que brilha com fulgor, e que quasi equivale a morte.

Por mais resplandores que ella projecte, é uma vida felicia, uma animação illusoria, uma negação do progressso.

É preciso incllar o espirito publico por outro lado tambem, para que revele a mesma actividade e energia que desenvolve nesse terreno. É mister estudar as questões internas e externas com dedicação, para discutil-as com conhecimento de causa, o illustrar o povo, que hoje é sorprendido repentinamente por qualquer successo que ocorre, e não sabe que juizo formar a respeito delle.

Vivamos no mundo real em que estamos, não o illudamos com idéas que não podem converter-se em realidades; não façamos *poesie* em politica e administração, para ganhar uma popularidade sem base, para trazer o paiz em um perfeto engano.

Estou hoje disposto a chamar a attenção de todos para a salvação da honra e dignidade nacional, mui marcada no Rio da Prata. O desgosto que me acbrunha é o desgosto de todos os brazileiros que aqui vivem, que não comprehendem o que vêm e pasmam de que o imperio se revele tão fraco, tão debil, o seja tão vacillante e inerte. Se para lutar com a pequena Republica Oriental, não digo bem, com um partido odiado della, cujo poder se acha minado em todos os sentidos, marchamos com esta indecisão, quando esta luta é exigida pela honra nacional, pela vingança de offensas e insultos atrozes commettidos contra nossos concidadãos o contra nossa patria, o que suce-

deixar-se livressemos diante de nós um inimigo mais audaz o forte?

E' devemos admirar-nos de que os *blancos* nos chamem *corruptos*, *infames*, *falsos*, e tudo quanto ha de mais injurioso se nós mesmos os ajudamos a desmoralisar-nos com um proceder libio e frouxo, depois de tanta energia e decisão?

Porque não marcha o exercito imperial? Porque ainda hoje não se tem noticia dello, tres mezes depois da rejeição do *ultimatum*? Porque não se sente a acção do Brazil se não frouxamente, quando ella devia ser decisiva?

A verdade sobressah no meio desta analyse, e a verdade é uma vergonha para nós. E' que não temos exercito. E' que um anno depois do maior insulto que temos soffrido, quando a nação inteira devia estar preparada para uma guerra gloriosa, para uma resistencia honrosa, não temos exercito. E nem é possível tel-o com o systema actual.

Um romancista celebre em uma obra importante pinta um chefe de policia que sempre mandava procurar a mulher, como origem de todos os factos de que lhe iam dar parte. Eu mando procurar a *eleição* como a origem de todas as nossas decepções, da nossa desorganisação social, do caminhar lento e imperceptivel do Brazil na via electrica do progresso.

E' a unica preocupação dos nossos homens de estado, com raras excepções, a eleição. As mais elevadas como as mais pequenas autoridades se nomeam e se demitem para as eleições, e por causa das eleições, que tem penetrado tudo, e tudo avassalam, como se fossem a suprema necessidade da nossa existencia, o premio digno de tantos

e tão nobres esforços, que, desviados deste fim, e applicados a outras aspirações, porventura menos seductoras e embriagantes, certamente mais elevadas e mais uteis, seriam productivas de uma somma de felicidade publica inculchavel, que se traduziria em poder e riqueza.

O exercito e a marinha não tem escapado á influencia desta verdadeira enfermidade, que se faz sentir mais poderosamente naquella parte da força publica do que nesta, porque ella se acha em um contacto mui immediato com os elementos deletérios que ella exala.

E' esta causa de dissolução accumulada a muitas que ja actuaem no mesmo sentido, é irresistivel e mortifera.

Vejam-se os corpos de linha que estão nas provincias o que são em disciplina e em organisação militar!

Não exige grande esforço de intelligencia a resolução do problema, cujos dados são tão claros e precisos.

O soldado não se forma senão no acampamento ou no campo da batalha. Não temos tido guerra ha dezesseis annos, e não temos acampamento. Faltou-nos, pois, as duas escolas essenciaes para a educação do soldado, e em lugar dellas, quaes são as que lhe temos aberto?

E' triste, mas é verdadeiro o quadro que vou traçar.

Reconhecamos nossos fallas, corremos do passado, que nos faz parecer tão fracos diante do estrangoiro, dando-lhe uma idea falsa do que somos o do que podemos intentar, e cuidemos do futuro para não descor da posição que nos compete, que ninguém nos pode disputar.

Pois bem: a politica exige que os corpos de linha de guarnição nas provincias se relacionem; para cada localidade.

destacam vinde e trinta praças sob o commando de um alferes ou de um tenente nomeado ao mesmo tempo subdelegado ou delegado de policia daquelle localidade. Este systema mata a disciplina, relaxa o soldado, estraga o official, corrumpo todo o corpo, que no fim de um anno ja não vale nada. Exercícios, instrução, obediencia, escola do quartel, tudo se perde. Os habitos militares, adquiridos a tanto custo e que só se podem conservar com severidade, cedem o lugar aos mais faveis e commodos da vida civil.

O soldado ja acha qualquer marcha fatigante, depois que se acostuma a essa existencia sedentaria de fazer uma guarda à cadeia, de servir de ordenança ao alferes subdelegado. Este tambem ja não obedece com a mesma promptidão ao seu capitão ou coronel, superiores legittimos que a lei lhe deu, porque mais facilmente se agita com o chefe de policia ou presidente. Demais, é uma autoridade do prestigio, tem a protecção de deputados e senadores, para cuja eleição concorreu; vive na melhor harmonia com a influencia que domina no seu districto, e contando com a impunidade, esquece-se completamente da disciplina; chega um dia, porém, em que é necessario reunir todos os contingentes, marchar todo o corpo. Principiam a apparecer as demoras; surgem difficuldades apoz difficuldades sacadas, e perde-se um tempo precioso. E, finalmente, o general encontra-se com um exercito desmoralisado, sem disciplina, e trata de o organisar para poder entrar em operações.

Não é isto o que todos vemos? Não é o que agora mesmo succede no Rio-Grande do Sul?

Como se este systema não fosse bastante para acabar com o exercito, predomina hoje a mania de fallar contra os

armamentos militares, de condemnar todas as despezas applicadas ao sustento de uma força sufficientemente para fazer respeitar ao paiz.

Ao ouvir distintos oradores nossos nas duas camaras, homens de verdadeiro talento e illustração, o Brazil não tem necessidade de soldados nem de fortalezas.

Estamos na idade de ouro, em que podemos dormir com as portas abertas, tranquillos e felizes. Devemos ser todos pastores e agricultores, e gozar das delicias deste ocio que Deus para nós fez.

Naturalmente a imaginação se apaixona por quadros de seductores, e a propaganda vai ganhando terreno e fazendo proselytos. A opinião se condensa e applaude estas bellas theorias; toma o idyllo pela realidade, a poesia pela prosa, e fecha os olhos á razão.

Esta mania desenvolvida produz uma cegueira deplo-ravel. Ninguém vê que para manter a ordem no interior, ainda um pouco inculto, é precisa absolutamente a força militar; ninguém vê que ao sul, ao norte e oeste temos vizinhos turbulentos, invejosos e audazes que nos odeiam sem razão pela fatalidade de uma circumstancia fortuita, qual a diversidade de raças, e que para contel-os em respeito é indispensavel a força militar.

Em um bello dia o paiz abre os olhos, contempla a situação, comprehende o perigo em que se acha, faz um supremo esforço, e procura salvar a sua dignidade, a sua grandeza.

Salva-a, certamente, mais com que sacrificios! Depois de quantas humilhações e soffrimentos!

E' que a theoria do desarmamento é uma utopia, como

muitas outras, atraz da qual corremos. E' que na posição que occupamos nesta parte da America, não podemos deixar um momento de ter a arma ao hombro, de confiar ao exercito a sua nobre missão de garantir a vida, honra e propriedade do cidadão.

Somente sob a convicção de que esta garantia é real, e não um mytho, poderão nossos compatriotas ser respeitados em toda a parte em que viverem, respeitando as leis do paiz cuja hospitalidade buscaram.

Migam e façam o que quizerem os nossos estadistas, esta é a verdade, e a explicação dos tristes successos que estamos deplorando....

Colloque-se o Brazil na situação que é sua; mostre sua promptidão e sua força, e será sempre respeitado. De qualquer outra maneira não. Ha de continuar a ser indubitro de qualquer governo do Rio da Prata.

— 25 de Novembro.

A inação do Brazil tem sido o alvo de todos os commentarios nesta quinzena, e a imprensa argentina já a censura acerbamente, porque a considera a causa de todas as complicações que podem surgir da demora da solução da questão oriental. Principalmente a *Tribuna* tem-se manifestado com mais acrimonia neste sentido.

Os *colorados*, que observam com vivo interesse os negocios, não achando uma explicação plausivel para o nosso procedimento, desconfiam de alguma causa; e os *blancos* se animam á medida que os demais se mostram inquietos e jogam a ultima carta.

Carrera e Barra conceberam seu plano, e envidam todos os esforços para fazê-lo virar. aproveitando os ele-

mentos favoraveis, que vão depurando em seu caminho, por mais inmeras que sejam. Confronte a este plano o Paraguay formará com as provincias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, com a Republica Oriental, e com a provincia do Rio-Grande do Sul, um grande estado confederado, proclamando logo a independencia desta nossa provincia, para ver se a faz calir no lago, afim de poder depois domina-la.

Esta confederação nova contrabalançará a influencia do Brazil e da Republica Argentina, e se constituirá arbitro dos destinos da America do Sul.

Como se vê o projecto é vasto e bem conhecido. () tempo dirá se é realizavel.

Os successos da revolução esta quinzena foram verdadeiramente estereis. Não se sabe ao certo onde para o general Flores, que dividiu suas forças em varias secções que operam em uma grande zona do Estado Oriental.

Os coroneis Carabajal e Magano estão em Minas, e consta que o general Servando Gomes, tendo feito junção no Durazno com o general Saiz, seguiu em busca daquelles dons chefes colorados, com perto de 4,000 homens, operação sem probabilidade de exito, por causa do terreno que é todo montanhoso. Leandro Gomes esteve no Salto alguns dias, e publicou as disposições mais violentas e barbaras. Prohibio a communicação com os navios de guerra brasileiros aos nacionaes e estrangeiros, comminando-a com a pena de morte; chamou ás armas todos os cidadãos de 14 annos de idade para cima, e determinou que se não admittissem na povoação os jornaes de Buenos-Ayres que advo-gam a causa da revolução.

Baugurou completamente o reinado do terror; pre-dicou o decreto do *deguello* e outras atrocidades como um

mei) de salvação publica, sobresahindo sempre em todos os seus actos calhados para produzir um effeito dramático, um offo entranhavel ao Brazil, e um amor ardente da liberdade! E' que elle é da mesma escola de um joven escriptor de fentre-litos, que diz que o homem que censura estes crimes não sabe apreciar *as sublines emoções da liberdade!* E' um verdadeiro hydrophobo que a tudo accommetto, e que cubrelanto tem reputação feita de cobarde. fez um projecto de ataque por sorpresa ás canhoneiras que bloqueiam o Salto, e sollicou authorisação ao governo para pôl-o em execução, a qual foi concedida. O heróe devia ser o mesmo que figurou como commandante do vapor *Ville del Salto*, que achou muito comodo meio de adquirir gloria e renome e em nada arriscar. Depois destas disposições e bravatas Leandro Gomes recolhe-se a Payssandú.

As canhoneiras, que haviam sahido de frente da povoação censa de uma milha, porque o rio baixava com grande força, logo que souberam destes planos, acenderam os fogões, e foram fundear mesmo a tiro de pistola della. E' um desafio formal. Veremos se Leandro Gomes emprega os braletes que diz estio preparando.

Em Payssandú tambem costumavam apparecer alguns sujeitos na praia para minoscar os nossos marinheiros com o epitheto de macacos; desde, porém, que o cheto Pinto mandou prevenir que faria fogo sobre a cidade ao primeiro insulto da mesma natureza, ninguém mais appareceu.

O bloqueio tem sido mantido perfeitamente, e por ora não suscitou reclamações. Os navios notificados se retiraram sem a menor objecção, e os estrangeiros o que desejam é que terminemos esta questão com brevidade.

A vida do governo em Montevideo é a mais deploravel possível. O empréstimo de quinhentos mil pesos contractado com os corretores Calabozo e Lavalle é uma verdadeira delapidação. Apenas pôde-se realisar a primeira prestação, que não facilitou ao governo mais do que vinte e quatro mil pesos.

A imposição forçada sobre os negociantes pela quantia de 240,000 pesos, obtida com a ameaça de augmento dos direitos da alfandega, tem sido mais rentosa.

Os apuros do thesouro, porém, são tantos, que a policia acaba de lancar um imposto de um peso sobre cada cachorro, e o governo de 800 rs. sobre cada cabeça de gado que se matar para consumo da cidade, para ser beneficiada nos saladeiros.

Um jornal francez que appareceu, denominado *La Paix*, só porque advogava a conveniencia da paz, e mostrava a ruína para que se encaminhava a Republica com a continuação da guerra, foi mandado calar logo em seu segundo numero. E os seus collegas da imprensa, republicanos de coração, que se mostram tão indignados com os escravocratas, applaudiram esta arbitrariedade do poder com ardor. Que liberdade admiravel se goza na Republica Oriental!

— 28 de Novembro.

As noticias trozidas hontem do Uruguay pelo vapor *Ara* lancam alguma luz sobre a situação, e prognosticam successos de importancia dentro de poucos dias.

O general Flores achava-se com 1,500 homens sitiando

a villa do Salto, que não pôde escapar de ser tomada, ainda que as nossas tres canhoneiras que bloqueiam o porto se conservem impassiveis ao ataque. O coronel Palomeque está inquieto por não saber positivamente a actitude que ellas tomarão, e atança que só entregará a povoação depois de reduzi-la a um montão de ruínas. O exercito do governo nem em 20 dias de marchas activas pôde vir acudir ás povoações ao norte do Rio-Negro, de novo ameaçadas. Consta que o exercito imperial no dia 15 ainda permanecia em seu acampamento de Pirahy-Grande, e que o general Menna Barreto não queria marchar enquanto não tivesse reunido 10,000 homens!

O general Netto com 1,500 voluntarios ficava em Salipuedes proximo à sua estancia do departamento de Itaquerebó.

Uma força colorada ao mando do coronel Henrique Castro conseguiu surprender e derrotar a partida *blanca* que havia sahido do Paysando ha tempos e sorprendêra em Fray Bentos uma pequena guarda que ali havia e que quasi toda foi degolada.

O paquele *Paraguay* ansiosamente esperado, não chegou ainda, o que deixa presumir que o presidente Lopez realiza a sua ameaça.

A' vista de sua pontualidade, a demora de mais de dois dias tem dado lugar a muitas conjecturas, que se fundam sobretudo em uma noticia vinda de Corrientes, o que circula ja ha dias, de que o nosso paquele *Martinez de Olinda*, em que ia o presidente para Mato-Grosso, foi retido primeiro ao passar por Humaita. Que depois veio ordem para deixa-lo subir até á Assumpção. Que ali foi

intimada para ficar no porto, e que elle illudindo a Voz-lança de dons vapores paraguayos de guerra, que estavam fundeados a seu lado, seguiu agua arriba, sendo nesta occasião perseguido por elles com tiros de bala.

Ha cartas nesta cidade do proprio presidente Lopez, que affirmam a sua resolução de se lançar á lula. Não é, pois, de admirar que tudo seja verdadeiro, e que o Paraguay tenha sahido da chrysalida.

Se assim fór, o nosso caminho está trilhado. No porto do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará ha mais de 50 vapores nacionaes, que em 30 dias podem transportar ao Rio da Prata 25,000 homens. A estacção é optima para a travessia, e a guerra deve ser conduzida com decisão.

Ao nosso exercito de linha de 14,000, pelo menos, reúnem-se os corpos de policia das provincias, um ou dois battalhões de guarda nacional dellas, e pôde-se apresentar promptamente um exercito de 30 a 40,000 homens.

A provincia do Rio-Grande se defenderá a si mesma; pois que tem valor e bríos para isso. Tomemos Montevideo, e corramos a Assumpção. Em quatro mezes teremos resolvido a questão, o feito a guerra de uma maneira digna, com os menores sacrificios possiveis para o paiz. *Querer é poder*; vamos direito ao fim, e não percamos o tempo com meias medidas.

A nossa lentidão já é causa deste contratempo. Ainda é tempo de reparar a situação e de ganhar a partida a que loucamente nos provoca o tyranno do Paraguay.

Pôdo contar o Brazil que não marchará só em sua cruzada humanitaria e libertadora, porque terá o apoio de todos os corações generosos da Republica Argentina e

O Chile persevera em sua deliberação de mostrar-se hostil á Hespanha. O decreto prohibindo a venda de carvão de pedra, considerado como contrabando de guerra, só fere verdadeiramente aos interesses dessa nação, e já vai produzindo seus effeitos.

A canhoneira *Vencedora* foi negado em Lota a pequena porção de combustivel que seu commandante solici-tara para poder ultimar sua viagem até ás ilhas de Chin-chas, pelo que fez elle um protesto.

A reunião do congresso americano em Lima parece que se realizará em breve.

Em Bolivia houve um motim no dia 1.^o de Outubro, e esperava-se a cada momento uma revolta.

AOS Nossos concitadãos.

Chegou a hora da regeneração do Brazil, pelo baptis-mo do sangue e do fogo.

Deos se manifesta em favor do Brazil, fazendo que nossos inimigos puzessem a justiça do nosso lado; no Estado Oriental o governo e seus propostos, no espaço de 42 annos, têm feito passar os Brazileiros alli residentes por soffrimentos terribes, acompanhados de todos os horrores do opprobrio e aviltamento.

No Paraguay, sem a menor provocação de nossa parte, traioceiramente, fez prender o Exm. Sr. Leveger o nualar seu ajudante no rio Apa.

Agora o vapor mercante *Martinez de Olinda* foi apre-

zado, o feito prisioneiro o Exm. Sr. Carneiro do Campos, que ia presidir a provincia de Mallo-Grosso; tudo isto no meio da paz e na fé dos tratados, rennindo intenção clamorosa, ha muito tempo premeditada, contra nós, somente com o fim ostensivo de humilhar o Brazil, fazendo-nos trazer toda a ignominia.

Brazileiros! Cessem todos os interesses de partido; callem-se todos os resentimentos politicos; renniamo-nos todos ao anjo tutelar do Brazil, o nosso adorado imperador o Sr. D. Pedro II, e uma só voz so ouça: A's armas, brazileiros, para obtermos justiça prompta e severa, em favor de nossos concitadãos, atrozmente opprimidos.

Rennamos 40,000 denodados e valentes de nossos irmãos, que, fortes pela justiça do nossa causa, inflingam castigo severo aos covardes e selvagens, que abusaram da nossa confiança perfidamente, e mostremos ás nações cultas que, esgotados todos os recursos da prudencia, não chega esta ao ponto de covardia, porque um povo livre que habita o Brazil, como nós, não abriga em seu peito a infamia.

Nossos covardes inimigos ajuizam de nós pelas apparencias, sem medirem os nossos recursos, a nobreza do nosso caracter e virtudes civis que possuimos.

O nosso imperador, com os recursos de todos os cidadãos, não tem do recorrer a empréstimos (sempre fataes) para as despesas da guerra.

Temos 6,000,000 de volantes nas assemblies paro-chias, a 4^o cada um, temos 24,000:000^o; temos 20,000 electores de deputados, a 40^o dão 8,000:000^o.

Mais ainda, todos os mesmos volantes da corte e ca-

placas marítimas podem concorrer, os primeiros com 100\$ cada um, e os segundos com 100\$, e os deputados com 200\$, teremos um capital de 36,000:000\$.

Igualmente devem cessar todas as accumulações de ordenados.

A mais severa economia deve reinar em toda a parte.

Seja tido e havido como traidor, inimigo da patria, aquelle que defraudar o dinheiro do povo: a punição seja prompta e severa.

Temos muitos recursos, reorgão-se officinas de ferro e do madeira, e todos os auxiliares, estabeleçamos todas as officinas de reparação e melhoramento de todas as armas.

Teremos por assim dizer debaixo de nossos pés todos os recursos que possuímos, seja tudo feito no paiz, o não ficaremos pobres, ao contrario teremos operado um grande melhoramento em tudo.

Lopez do Paraguay espera dous vapores encouraçados, que provavelmente vem com bandeira ingleza, (para o que elle deixou livre a navegação, só fechada para nós); dê o nosso governo as precisas ordens á nossa esquadra para apprehender esses navios, e tome as precisas medidas para impedir a exportação do malte, unica renda que tem o Paraguay, para cujo effeito temos em nosso favor o direito universal.

Para quo os vapores que Lopez espera não subam com bandeira ingleza ou franceza:

Chame S. M. Imperial para o governo homens amestrados, com conhecimento positivo dos nossos interesses e conveniencias urgentes; veubam esses venerandos, illus-

trados e probos servidores da patria, que tem nomes respeitaveis adquiridos á custa de dedicação pela causa publica.

Tomé S. M. Imperial para as urgencias do momento todos os vapores das companhias em todo o paiz para o transporte de gente, viveres e munições para irem a todos os logares de rios de pouco calado. Reorganise-se a Ponta d'Aréa, nossos arsenaes ganhem vida.

Temos meios de improvisar vapores pequenos.

Igualmente baterias fluctuantes, maiores e menores.

Em Matto-Grosso auxiliem-se os indios e organisem-se com intelligencia todos os grandes recursos; podemos tirar delles grande vantagem, pois mesmo em incommodar os nossos inimigos nisso vai o serviço de nossa patria.

Retorne o Brazil a vida activa, creie tudo que deixamos perder, mudemos inteiramente de vida, seja o Brazil inteiro uma officina de todas as industrias auxiliares de tudo que faz os povos respeitados.

O Sr. Level ponha em pratica aquella couuraça que quem escreve esta lhe lembrou, pois, além de ser barata, é muito leve, e com a espessura de 36 pollegadas não ha recio quo as balas de maior força possam atravessa-las, e mais ainda é materia prima nossa, e podem se tornar portateis.

Tomé S. M. Imperial a iniciativa, o verá que, acompanhado de homens de prestigio, todos os Brasileiros formão um só homem no amor da patria e salvarão a honra nacional.

Todos os nossos arsenaes maritimos devem contribuir, ajudados de todos os cidadãos brasileiros, na certeza do

que Deus é a favor do Brazil, porque já poz a justiça do
nosso lado.

Brasileiros, viva S. M. o Imperador e a augusta fa-
mília !

Viva a honra nacional !

Viva o exercito brasileiro !

Viva a nossa marinha de guerra !

Viva a nobre e valente classe militar !

Vivão todos os Brasileiros nossos concidadãos !

Viva o Brazil !

A S. M. o Imperador.

Senhor.— No artigo publicado no *Jornal do Commercio*
do dia 23 do corrente, disse o quo a experiencia e conhe-
cimentos dos nossos factos historicos, e os que posso dos
nossos recursos e necessidades, o que mais palpitante me
pareceu na conjunctura presente.

Agora permita-me V. M. Imperial que acrescente que
não ha inimigo .pequeno, e por isso tenho a asseverar a
V. M. Imperial que os factos mostram que todas as em-
prezas produzem o resultado que se espera, quando se
faz tudo que as circumstancias dellas são acompanhadas
de todos os recursos que o caso pede.

Por isso é muito importante para economisarmos tempo,
dinheiro, sangue e vidas que o nosso exercito seja elevado
a 40,000 praças de pret, afim de que elle possa com me-
nor sacrificio preencher sua nobre missão, quo a nossa

esquadra acompanhe este complexo com os seus auxiliares
de transportes para munições, viveres e equipamentos
precisos.

Temos officinaes illustrados, scientificos, praticos, e
cheios de nobre brio militar e valentias, escolham-se os
mais aptos em saude, forças physicas, afim de que a nossa
patria seja representada com dignidade perante os nossos
cobardes inimigos.

Nada de mesquinho no numero e nos aprestos neste
nobre empenho da nossa patria, porque do contrario as
falhas que houverem nos custarão mui caro e com des-honra
para nós.

Senhor.— Tome a iniciativa, rodeie-se do que houver no
Brasil de mais eminente em saber, conhecimento positivo
de tudo quanto fórma o completo da nação.

Temos no meio de nossos jovens cidadãos, grande nu-
mero de intelligencias cultivadas, e cheias do amor da
patria e honra nacional, appelle V. M. Imperial para esses
jovens, forme-se uma legião de honra e a seu exemplo,
V. M. Imperial verá correr de toda a parte do imperio aos
milhares tomarem parte no nobre empenho da nossa cara
patria.

Senhor.— Confiança na posição segura que assumir o
Deus será propicio no triumpho do Brasil.

Min. Sr. capitão-tenente N. João
Baptista Leveí.

A couraça que lembrei a V. S. é um cochin do piçaba
do Pará, como agora mesmo lhe disse, sendo o cochin

composto de quatro partes, tendo cada um a exposição de nove pollegadas, reunindo os quatro em um, no que deve haver todo o cuidado, em que a piçaba não seja muito comprida, afim de poder conservar todo o seu elastico; igualmente deve a dita piçaba ser desfiada no maior numero de fios possível. Julgo ser quanto basta para satisfazer o publico e a V. S.

Uma nação deve ser governada por homens de bom senso com conhecimento positivo dos verdadeiros interesses necessitados dos governados, e com verdadeira sciencia de tudo que faz o fim a que um povo tem o direito de atingir no futuro, afim de não perder o ponto de vista util para onde deve convergir a vida nacional.

Os jovens talentosos que, com perganinho, se julgam aptos para tudo na sociedade, não são mais que imitadores do colibre que de manhã se expande nas folhas frescas das arvores orvalhadas pela noite, e depois vai à cata do nectar nos calices das flores para saciar-se sem se importar de nada; feitas as devidas excepções.

Um homem só collocado altamente perde um povo, porém outro homem altamente collocado restabelece a sociedade em bom caminho; o ponto é haver esse homem, porque é mais facil destruir do que edificar.

Muitas vezes para reerguer um povo inteiramente aniquilado por muitas causas e por grande espaço de tempo, é preciso pleno conhecimento do mal. Os caminhos que elle percorreu, os estragos que causou, e os meios e material que deve empregar, escolhendo o pos-

sitivo que devem operar e levar a sociedade ao prompto restabelecimento nacional.

A politica de boa fé, é a que dá proficuos resultados, porque quanto mais desenvolvida mais adeptos faz e confiança inspira.

Nos paizes aonde as materias primas para muitas industrias abundam em grande escala, deve se cultivar e propagar as sciencias de physica e chimica com todos os seus auxiliares, afim de poderem achar util emprego grande numero de pessoas com inclinações desses serviços.

Um monarcha que se acha em situação critica a respeito de seu paiz, tanto em politica como, em moralidade de seu povo, e em finanças, tem extrema necessidade de dever conhecer as causas que correm o os homens que operam tal, e resoltuto tomar o caminho contrario.

Quando um monarcha conhece o mal do seu povo, o elle põe por acaes de vigor e applicação certa a extirpar todo o mal, fazendo justiça prompta e encaminha o paiz a fim próspero, tudo cede e consegue o fim.

Todo o cuidado de um monarcha deve ser sobre suas idéas economicas, que ellas não sejam ministradas pelas obras escriptas por homens de nações que os seus interesses e de seus povos seja opposto, porque é preciso que suas idéas sejam em tudo ligadas ao seu paiz para o que deve saber o que já teve, o que não tem e a razão porquo não tem.

Não é nos homens de talento e muito illustrados em litteratura estranha que reside o conhecimento do que é

mais útil ao paiz, mas sim entre os de bom senso e conhecimento positivo de tudo.

Nos paizes onde os tribunaes são cheios de legiões de funcionarios, os ministros morrem de fadiga e exhaustos do cansaço, mas o povo é atraído pela chicana e pela morte.

Nos paizes onde o juiz é legislador e executor da lei não pode haver recta justiça, porque a dependencia do voto publico faz que o juiz dê a lei de diferentes naturezas: por exemplo, letra da lei, espirito da lei, intenção do legislador hermenéutica jurídica, chama os prosistas e colligos estranhos em seu apoio ainda que a lei seja positiva; tal tem sido a marcha de que a pratica apresenta; sempre feitas as devidas excepções porque as ha em tudo.

É um grande mal para a sociedade facultar os allos os-tudos em geral aos jovens que não tem patrimonio de que vivam honestamente, porque d'ahi resulta ser a sociedade opprimida por mil modos para arrastar um legar pingue um joven sem prestimo conhecido, porque o talento e maioria são vãos de juizo e bom senso.

Nos povos regidos pelo systema liberal, ha mais adaladores dos povos do que os tem os monarchias nos governos absolutos, porque nestes ultimos tem os principes que llo põe termo; mas os que tem adalado um povo livre abusam muito mais do mandato, sem perigo de correção prompta e efficaz.

Um monarchia que toma conta do governo de um paiz, mas que se acha em estado lastimoso de decadencia em tudo, e mesmo desmoralisado, e onde a grande parte dos governados andam em lutas sem meios honestos de trabalho útil, esta monarchia deve ver em que tempo passado

e se mesmo povo vivia trabalhando feliz no meio de abundancia, o que tinha em si todos os elementos de vida e energia que os tornavam respeitados pelos outros povos; reconhecida essa época, mandar extrahir dos registos publicos a nomenclatura e numero do seus navios, o pessoal e material da industria naval e exportação dos productos do paiz; enfim de todas as industrias que o paiz tinha; mandar extrahir dos archivos publicos todas as consequências e tractatos feitos pelos governos anteriores aos governos que hoje opprimem o seu governo o seu povo, e ali achará a causa de todos os males passados, presentes e futuros, e mandar fazer de tudo isto um corpo de historia patria para que todo o seu povo possa sabê-la, e depois fazer o contrario de tudo quanto até áquella data se fez, criando o promovendo, e protegendo a industria, navegação e commercio nacional.

Nos governos mixtos ha grande mal em que os corpos legislativos sejam compostos somente dos honens de uma escola, porque depressa se constituem em uma classe oppressora que monopolisará todas as clemencias da sociedade, e pesará com grande força sobre o bem estar da nação que devia proteger, mas que só predominará o interesse da classe.

Assim como ha indeviduos que se lucra não termos com elles relações, também ha nações que se lucra mais em não ter-se relações e transações com ellas para se evitar conteslações em que o fraco nunca obtem justiça, porque o poder torna insolente o forte contra o fraco.

As nações fracas devem obstar-se de ter negocios com nações fortes e poderosas, e mesmo com os subditos dessas nações para evitar todas as conteslações de seu governo.

Muitos povos ficam arruinados por causa de terem credito e se envolverem com nações fortes, cuja politica é de dominar e opprimir os fracos.

Todos os povos tem em si todos os recursos quando o seu governo cumpre o seu dever.

Uma nação fraca cujo governo é perulhario, lucra muito em não ter credito exterior, porque não terá dividas que pagar. O primeiro capital do mundo é o tempo, e o governo que tira tempo e dinheiro aos governados faz quanto basta para tornar os governados pobres.

O verdadeiro inimigo de uma nação é unicamente o governo que vai comprar ao estrangeiro cousas que podia obter no paiz que dirige, porque o primeiro dever dos governos, é terem os governados emprego e trabalho honesto; e não os salvar a idéa de mais barato.

A politica fina, é aquella que encobre emminentes interesses que correm risco, sendo descobertos antes de chegarem ao seu fim; esta politica ha poucos homens proprios para a desenvolverem com proveito.

A politica perfida, é aquella que exige homens emminentes, sagazes e conhecedores de tudo que milita com seu paiz e com o povo que trata, vendo o futuro, passado, e presente, fazendo tudo quanto é possível a não poderem descobrir o fim aonde attinge, tendo sempre em memoria o que disse e o que fez, de forma que não truque de falso dando sempre attenção ao homem com quem trata que o deve conhecer o aos seus superiores sob pena de ser pillado em flagranle e perder tudo.

Não deve ser permitido em uma nação íçar o pavilhão nacional senão em navios construidos no paiz, prin-

cipalmente se esta nação tem bons portos, grande littoral e todas as madeiras de construcção, do contrario não terá operarios, cuja intenção só os seus homens de, estado são os responsaveis e altamente criminosos de leza-patria.

Quando os homens de estado quo governam um povo para poderem desgraçar o seu paiz dizem que mandam vir muitos objectos do estrangeiro porque fica mais barato; lavram contra si a sentença de traidores e inimigos capitães do paiz que governam.

Todos os gastos com obras precisas para diversas industrias, além de formar o material que o governo desija possuir, sendo empregado o ganho por operarios nacionaes, este dinheiro gasto ultimamente com objectos producos, é dinheiro produtivo, e o que gasta no estrangeiro é improdutivo.

Só um povo que paga impostos o todas as alcavallas, tem direito de ganhar o dinheiro da nação a traco de seus trabalhos uteis em todos os sentidos. Quando um paiz se torna puramente consumidor, e o governo só almeja ditos d'alfandegas, esse governo conluz sem o querer o paiz quo dirige para a miseria publica, e por isso criminoso.

A direcção de um paiz livre com todos os meios de seguir a prosperidade, precisa o conhecimento positivo de tudo que forma sua riqueza, conhecendo igualmente topographia phisica, de forma que em um golpe de vista abraça-se o que elle encerra.

Para um chefe politico dominar, seguir de talento superior, muito bom senso e vida exemplar de virtudes civis, religião, modesto, affavel e probidade politica.

Quando os politicos querem quo o rei reine, mas não

governe, é porque querem dispor do seu talento o de tudo, e ás vezes por forma que o paiz soffra seus caprichos, o se prestem sómente ao interesse de um partido.

Não se segue do talento superior e litteratura dos homens do estado a supremacia de tudo saber, quando a litteratura é toda estrangeira, esses homens não sabem nem conhecem o seu paiz com tudo que elle encerra.

Todo o paiz tem interesses especiaes, e por isso aos conhecimentos geraes de economia politica promovem o mal em lugar do bem, quando são applicados pela sedução do suas puras falças a respeito dos verdadeiros interesses.

As habilitações para bem administrar, são dons do Deos que nascem com o homem, e a sciencia do monarcha mais imperiosa é pôr cada um no lugar que lhe é proprio.

Muitas cabeças talentosas, não tem bom senso por este lhe fugir apavorado. So nas escolas superiores deixarem aos estudantes a liberdade dos poetas e dos pintores, no fim lereis no meio da sociedade homens habilitados para tudo inclindo o mal em muitos casos.

Se quizerem dar instrucção util com vantagem para todos, ponde, montados em todas as capitales, pequenos arsenaes de todas as industrias, aonde os das primicias letras passem a preparatorios, o ahi pratiquem tempo igual á hora da escola, o vereis como vão ficando em cada um as aptidões naturaes, e seguirem adiante sómente as capacidades proprias, sendo a separação sem odiosidades, mas util ao bem proprio de cada um.

Nos paizes livres aonde se agita a politica, os chefes devem conhecer a historia da prosperidade passada, e a

decalencia presente com todos os recursos e necessidades da nação, além de promoverem o bem geral. Quando os chefes dos partidos são talentosos mas desconhecem os interesses sociaes do seu paiz tudo marcha para o mal.

Como é muito difficil haver um chefe de talento superior para dominar, que reuna o conhecimento positivo de tudo que pode conduzir o paiz no interesse geral devo dividir-se a direcção em sessões para cada um apresentar nos differentes ramos as medidas precisas.

Ha grandes capacidades que não são aproveitadas em lugar proprio por causa de precedentes do sua vida passada que os desacredita e afugenta diante do um governo moralisado, e da sociedade que o conhece e aprecia.

Quem deve dirigir a sociedade em um paiz livre, devem ser os homens de bom senso e conhecimentos da sociedade e do paiz, quando estes homens reúnem em si instrucção são acompanhados de todas as qualidades civicas apreciadas pelos justos e honestos que formam o jury social.

Plano do Brasil.

A experiencia de quasi 42 annos tem mostrado que o Banco do Brasil com a organização e systema de administração que lhe deu a lei de sua criação não satisfaz as necessidades do paiz, não desenvolve os seus immensos recursos, e, ao contrario parece que tem concorrido para retardar o seu engrandecimento.

A sua reorganisação, portanto, é uma necessidade por todos reconhecida, e por muitos confessada, e só obscurecida por aquelles que, reunindo á illustração a má fé,

tiram proveito do estado actual das cousas com lhos importar com o fim a que vai sendo arrastado este bello paiz.

Não é nosso intento fazer dissertações sobre organizações de bancos, nem fazer praça de que temos conhecimento dessas theorias financeiras, que por ali correm impressas em livros dictados as mais das vezes antes pela especulação do que pelas convicções; nosso unico desejo é combater as idéas que o estado pratico da vida do nosso banco me tem sugerido; idéas que quando não sirvam para ser realisadas, servirão ao menos de incentivo aos que tem razão para melhor pensar em nestas materias do que um simples o velho negociante.

Dous grandes fins deve ter o banco do Brasil: manter o valor legal da moeda; proporcionar ao commercio e á industria capitães por baixo preço.

Para chegar á esses fins o banco deve:

- 1.º Recolher todo o papel moeda do governo, e substituí-lo por suas notas que devam ter curso igual áquelle;
- 2.º Adquirir ouro e prata, e emitir notas que representem 50 %, mais dos valores em caixa;
- 3.º Applicar esses 50 % successivamente na compra de moedas até que seu fundo capital esteja todo convertido;
- 4.º Só realisar em metal o troco de suas notas quando seu fundo esteja nessa especie, e não existir na circulação notas do thesouro.

Para a realisação desses fins o governo auxiliará o banco:

- 1.º Estabelecendo que os direitos das alfandegas seja feito pela oitava parte em metal;
- 2.º Applicando esse metal no resgate de suas notas;

- 3.º Não contrahindo mais empréstimos fora do paiz, o incumbindo ao banco as operações de amortisação ou conversão da divida actual.

Além desses meios directos o governo procurará auxiliar o desenvolvimento da industria do commercio com os seguintes meios indirectos.

- 1.º Promovendo o augmento da produção do paiz, apellejando o desenvolvimento as vias de communicação dos centros productores para o litoral, protegendo por todos os meios a navegação do cabotagem e de longo curso; e finalmente elevando os direitos sobre os generos similares aos do paiz.

- 2.º Não comprando no estrangeiro, para serviços do estado nenhum artefacto em que entre materia prima brasileira.

- 3.º Empregando todos os esforços na exploração dessa materia prima, animando a criação de industrias que não existam, e auxiliando o desenvolvimento das que existem.

- 4.º Animando a construção naval, sendo o governo o primeiro a não arvorar o pavilhão nacional em quilha estrangeira.

E se ainda esses meios forem insufficientes para mudar a sorte deste rico paiz, explore o governo essa mina que tem sido tão fatal ao Brasil, a politica, e della tire meios de auxiliar a renda publica, seja criando um imposto de 4,000 que pagará cada cidadão que quizer votar nas assembleas parochiaes, e de 20,000 que pagará cada eleitor de deputado ou senador; nas capitães do litoral será de 40,000 e 60,000 pagos previamente.

Seja o producto desse imposto que calculamos em

24.000:000:000, pouco mais ou menos, applicado á cerca de amortisação da divida externa, cujos juros nos aborvem 20,000:000:000 em cada anno.

Aos que me disserem que as idéas que ahí ficam escriptas na ordem em que me vieram ao bico da pena são nupias, responderemos que tambem foi tido como utopia pela maior parte do povo inglez a prophécia de um de seus lords nos primeiros annos deste seculo: « O melhor o o maior consumidor dos productos da Grã-Bretanha ha de ser a China e o Japão, se o governo do S. M. Britannica tiver juizo.

A nossa crise financeira, visivel com seus effeitos ainda incognitos em nossa praça.

DEMONSTRAÇÃO VERIDICA, MAS NUA E DESCARNADA.

Despendio annual em premios por descontos de leiras.	21,000:000:000
4,800 individuos que vão para a Europa, gastam por anno.	28,000:000:000
	<hr/>
	49,000:000:000

Capital em dinheiro com seus pro-
mios e prejuizos nas seguintes
adições

Banco do Brasil	
» Rural	
» Agricola	
F. da Ponte d'Arceia	

Transporte	10,000:000:000
Companhia do Gaz	
Dita Seguro Mutuo	
Estrada da Mangaratiba	
Dita União e Industria	
Praça da Gloria	
Estrada Mauá	
Companhia 1.ª de colonisação e co- lonias diversas	

Todos os prejuizos resollantes das mencionadas empresas, sóbo a cifra de 41,500:000:000,— que juntos aos 49,000:000:000 acima e multiplicados estes por 6 annos por serem annuaes, teremos em seis annos

	204,000:000:000
	<hr/>
	41,000:000:000
	<hr/>
	335,000:000:000

Perdidos para o nosso paiz,— eis o esqueleto.

A crise actual no Rio de Janeiro.

Não temos em vista censurar ninguém, porque as circumstancias criticas em que se acha o paiz não são proprias para fazer recriminações, e o que importa é reconhecer bem o mal, e procurar o remedio que mais efficaç seja para sanal-o.

A crise em que laboramos reclama um homem, que á conveniente posição social reúna pleno conhecimento do estado de nossas transacções, e providencia dos effectos da desconfiança publica relativamente ao occorrido em um paiz, cujas condições são especiaes em relação aos nossos recursos.

Na falta de tal homem, que infelizmente não temos, corro a cada um de nós o dever de concorrer com o seu contingente de idéas para a solução do gravissimo problema que temos de resolver.

Sirva ao menos a tremenda lição que nos dá a nossa má sorte para melhorar o futuro, já que o presente é irremediavel. Collijão-se documentos que nos subministrem as noções necessarias para procedermos com acerto d'aqui em diante; e parece-nos que este fim será concebido por meio das medidas que passamos a propor.

Forme o Tribunal do Commercio uma estatística exata e completa de todas as fallencias que tem occorrido desde sua installação até hoje e das que necessariamente hão de occorrer ainda em numero muito consideravel indicando o total de cada uma dellas, o dos pagamentos feitos o o do prejuizo causado aos credores e demonstrando a despesa feita com administração liquidadora de modo que se conheça a parte que se despendeu com os administradores, e a que tocou ao poder judiciario; assim como colligir o capital perdido em emprezas malogradas, e para esta estatística devesse colligir da mesma maneira e pelo mesmo modo as quebras anteriores até 1810, segundo d'aqui por diante, que se acharão todas reunidas no archivo que guarda os papeis das extincias junta do commercio, fabricas e navegações.

E, claro que nesta importantissima tarefa o tribunal da corte deve ser coadjuvado pelos das provincias, sendo esta cooperação indispensavel para que se consiga o intento principal, que é constituir em corpo de historia das fallencias tomadas no ponto de vista economico, commercial o judiciario e administrativo.

Não será, portanto, vã a esperanza e confiança que depositamos no patriotismo, illustração e virtudes dos dignos magistrados que podem prestar ao nosso paiz este serviço tão util quanto necessario.

Igual pedido fazemos á commissão da nossa praça, que por todos os meios ao seu alcance, sollicite de todos os poderes do estado, uma estatística do que indicamos para depois de impressa, incluindo as causas demonstradas que produziram tantas perdas, seja uma luz para prevenir desastres.

N. B. Foi publicado no dia 29 de Setembro de 1864, no *Journal do Commercio* n. 271, e não levou as minhas iniciaes C. C. que tem sempre acompanhado meus escriptos.

Documento importante.

Pede-se ao governo e á commissão da praça, que entendendo-se com os fiscoes e mais membros das commissões liquidantes das casas bancarias fallidas, autorise as directorias dos Bancos existentes a organisação de uma estatística que demonstre a quantia a que monta os premissos produzidos por todos os titulos de credlito descontados, tanto no thesouro, como nas casas bancarias e bancos, desde o 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro; para que este

importante documento sirva, como uma verdadeira luz, de base para criação de um corpo historico da economia nacional, concorrendo-se assim para o complemento da verdadeira obra, que deve ser colligida de tudo que nos ministre um conhecimento positivo do que nos convém saber, e mesmo para nossos filhos, a ver se ainda desse modo com um meio certo e seguro de fazer com que o nosso paiz se colloque na altura que merece o tem direito.

Art. 19 da lei de 19 de Setembro de 1839, que criou o Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 19. O Tribunal Supremo de Justiça enviará todos os annos ao governo uma relação das causas que foram revistas, indicando os pontos sobre que a experiencia tiver mostrado vicio, insufficiencia da legislação, as suas lacunas e incoherencias, para o governo propôr ao corpo legislativo, além de se tomar a resolução que for conveniente.

Art. 105 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Os chefes de policia, juizes de direito, juizes municipales, delegados e subdelegados, levarão ao conhecimento dos presidentes das provincias todos os obstrucos, lacunas e duvidas que encontrarem na execução deste regulamento, e da lei de 3 de Dezembro de 1841, e isto por meio de representações nas quaes exporão os casos occurrentes com todas as circumstancias que os revesirem, e todas as razões do duvida que se lhes offercem.

Medida economica e util.

Não deve continuar a venda por meio de mascates; tanto de fazendas, como de ouro e prata em obra, pelas razões que todos devem saber, e pelas seguintes:

I.

As familias tentadas pelos objectos em sua casa a titulo de mais barato compram o que ainda não precisavam.

II.

Objectos de prata e ouro são falsificados por não terem o loque legal

III.

Quando se dá pelo furto não acham mais o mascate.

IV.

Só deve ser tudo isto vendido em casa aberta e permanente.

V.

A facilidade de vender pelas portas prejudica as casas estabelecidas que sustentam caixeiros e pagam renda ao Estado.

VI.

Tira muitos individuos de occupação mais honesta e proveitosa para elle, e para a sociedade em geral.

A sociedade vê como se arvoram maseles em tudo e que com esta cupa se encobrem tudo quanto é pernicioso e não contra os cidadãos.

Montres, 9 de Julho de 1862.

Muito nos alegria desde lado do Atlantico ver que a legislação sobre a navegação no Brasil está atraindo attenção com o fim de se introduzirem algumas reformas, apesar de em uma obra que aqui acaba de chegar do Rio, se envolverem inconvenientemente arguições de partido com a discussão de uma questão de que ellas deviam ser excluidas, porque só podem fazer grande mal á causa que se advoça, encontram universal sympathia na Inglaterra, o fim e assumpto do escriptor. O estado actual das leis de navegação nesse paiz descredita-o e são um sério obstaculo ao seu progresso.

A verdadeira politica do Brasil é animar por todos os modos possiveis a navegação estrangeira, e especialmente franquear a cabotagem, ainda que mais não fosse para fortificar a *unidade do Imperio*, facilitando as communicações ao longo de uma costa extensissima, reduzindo as despesas de transporte e acabando com esses faticos monopólios e concessões que tão caras sahem ao paiz. O Brasil está constituindo estradas de ferro no interior com capitães estrangeiros, e comtudo querem excluir das suas costas esses mesmos capitães e industria de outros povos.

Parece-nos agora que as idéas vão tomando outro rumo, e com isso de todo o coração nos regosijamos.

(*Journal de Comercio* n. 221, no supplemento do mesmo n. 221 de 11 de Agosto de 1862).

**OS MEUS CONCIDADIÃOS PODEM VER QUE
O NOBRO CORRESPONDENTE, TEM BOM JUÍZO
PARA ORNAR SEUS INTENTOS COM TINO E
TACTO FINO.**

E. G.

Razão do Devedor e do Concedentário.	Activo.	Passivo.	Condições da concordata.				PRASO.			Julgo		Data da homologação	Observações
			Abat. de	Pag. de	A vista	Dias	Meses.	Anos.	Vara	Juz.	Escritão		
1. A. J. A. Souto & Comp.	33.477,34/5050	30.707,88/300	*)	50%	—	—	—	Calvacany	1864-Outub.	21	1.º div. 10% 22 De		
2. Costa Pereira Paiva & Comp.	2.057,78/9728	1.573,65/05205	*)	50%	—	—	—	Pinto	—	25	— 30— 6 —		
3. Antonio Rodrigues da Cruz	9.006,8162	6.778,924	*)	20%	—	—	—	Abreu	—	29	— 50— 7 —		
4. Meilhos Lemos & Lemos	1.726,85/8272	1.389,98/8068	*)	35—	60	—	—	—	—	—	—		
5. Amal & Pinto	4.843,31/08250	4.095,73/8160	*)	20—	—	6, 8, 10	—	—	—	—	—		
6. Gomes Pereira Leite & Comp.	64.399,8422	53.777,308	*)	40—	—	12, 18, 24	—	—	—	—	—		
7. José Viriato de Freitas	162.233,8720	142.000,8000	*)	30—	—	6, 12, 18, 24, 30, 36	—	—	—	—	—		
8. Domingos José de Freitas Guimarães	60.238,8161	50.339,8991	*)	50—	—	3	—	—	—	—	—		
9. Francisco de Alator Trindade	686,73/8811	620,40/8719	*)	40—	—	—	—	Calvacany	—	31	—		
10. José Antonio da Silva Camarinho	532,51/8120	560,34/8445	*)	40—	—	—	—	P. Teixeira	—	3	—		
11. José Vitor Armond	139,17/8692	330,00/8000	*)	50—	—	—	—	Abreu	—	—	—		
12. Antonio Francisco Guimarães Pinheiro	183,91/8830	103,31/78866	*)	40—	—	24, 30	—	—	—	—	—		
13. Georges Fast & Comp.	143,91/8830	303,41/6820	*)	60%	—	6, 12, 18	—	1.º	—	4	—		
14. José Pereira de Faro	3.056,26/8273	2.411,21/58915	*)	60—	—	—	—	2.º	—	5	—		
15. Antonio Martins Lage	3.722,67/8925	2.762,11/08665	*)	60—	—	—	—	Calvacany	—	7	—		
16. Moreira Imãos & Compell	1.500,23/8235	1.586,65/051	*)	60—	—	—	—	P. Teixeira	—	—	—		
17. Bernardo Alves & Comp.	465,71/8114	674,41/0821	*)	65—	—	—	—	—	—	—	—		
18. Avenida Filho & Comp.	787,21/8380	670,33/8832	*)	60—	—	—	—	—	—	—	—		
19. Manoel Martins Moreira	40,93/8399	470,80/8329	*)	60—	—	6, 12, 18, 24	—	1.º	—	—	—		
20. José Antonio de Medeiros	14,97/8830	32,33/08753	*)	60—	—	12, 24	—	Calvacany	—	7	—		
21. Hebllo & Bernartus	14,97/8830	41,22/6898	*)	75—	—	6, 9, 12, 15	—	2.º	—	—	—		
22. Francisco Rodrigues de Miranda	143,30/8040	9,13/8277	*)	50—	—	30%	—	—	—	—	—		
23. Vitorio Pousca & Comp.	433,91/8168	253,01/68786	*)	30—	—	6, 12, 18, 24, 30, 36	—	—	—	—	—		
24. Luiz Lanchetti	4,00/8193	24,80/7808	*)	15—	—	—	—	—	—	—	—		
25. Hecla Altrandi, Filho & Comp.	6,55,66/4866	1,29/07,78380	*)	40—	—	—	—	—	—	—	—		
26. Pelly Imãos & Coitel	615,97/8277	4,35/387811	*)	75—	—	—	—	3	—	8	—		
27. Bella Vista & Comp.	45,63/8615	51,23/8173	*)	25—	—	—	—	1.º	—	—	—		
28. Vicente Portiro de Almeida	729,71/8380	4,27/02,20/842	*)	40—	—	—	—	2.º	—	—	—		
29. João Gonçalves Guimarães	430,62/8300	617,31/78720	*)	35—	—	—	—	—	—	—	—		
30. Jorge Rudi & Junior & Comp.	336,63/8168	520,41/1802	*)	50—	—	—	—	—	—	—	—		
31. Carlos Coleman	435,61/8904	1,80/4, 9/8141	*)	40—	—	6, 12, 18, 24	—	—	—	—	—		
32. José da Fonseca Rangel Junior	47,12/8560	1,66/50/865	*)	20—	—	6, 12, 18	—	—	—	—	—		
33. José de Almeida Souto	467,73/8361	1,60/993/8068	*)	40—	—	—	—	—	—	—	—		
34. Antonio José Gomes Pereira Bastos	113,01/8697	1,03/5608241	*)	40—	—	—	—	—	—	—	—		
35. João Gomes de Oliveira Silva Junior	33,16/8175	3,35/88307	*)	40—	—	—	—	—	—	—	—		
36. Angelo Bittencourt	20,06/8166	4,52/283/47	*)	40—	—	—	—	—	—	—	—		
37. João Antonio Alves Chaves	301,13/8638	390,20/8310	*)	50—	—	—	—	—	—	—	—		
38. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves	423,02/8263	1,85,36/8842	*)	60—	—	—	—	—	—	—	—		
39. Guilherme de Carvalho Miranda	297,92/8900	505,55/8755	*)	50—	—	—	—	—	—	—	—		
40. Faia & R.	423,66/8574	702,51/8340	*)	50—	—	—	—	—	—	—	—		
41. Constantino José Alves Pinheiro	20,61/8235	3,35/65/8793	*)	40%	—	—	—	—	—	—	—		
42. João Freire	18,55/8583	4,97/90/898	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
43. Ilmarino Pinto Pereira Magalhães	148,55/8583	18,55/8583	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
44. Manoel Luiz d'Assumpção	10,26/8612	14,71/0808	*)	60—	—	—	—	—	—	—	—		
45. Pedro Francisco de Freitas Pinto	287,16/8949	232,65,8303	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
46. Claudio Gonçalves de Andrade & Comp.	13,37/8576	5,29/78/861	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
47. Maxwell Vichit & Comp.	78,44/8402	91,60/8794	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
48. Manoel José Rodrigues	749,53/8662	22,46/8175	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
49. Aurelio José Leite	—	—	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
50. Pinto, Neutanga & Comp.	—	—	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		
51. Porto & Pereira	—	—	*)	30—	—	—	—	—	—	—	—		

N. B. No activo e passivo foram eliminadas todas as contas ficticias, taes como: Capital, Lucros e Perdas etc. etc. A ordem da numeração vai subordinada á chronologia das homologações.

Paga mais 40% pelos endossos

Foga mais 40% aos bancos